

## Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil\*

*Maria Helena de Castro Santos  
Marcelo J. V. Coutinho*

### Introdução

A área de política comparada está ainda pouco estruturada na academia brasileira. Embora exista um número expressivo de trabalhos, artigos, teses e projetos de pesquisa que adotam a perspectiva comparada, não há, na maioria dos principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do país, atividades científicas coerentemente estruturadas sob essa abordagem e nem uma preocupação institucional em desenvolver a área.

Se adotarmos a concepção mais estreita de política comparada, que exige a referência a dois ou mais países, a produção científica brasileira reduz-se drasticamente. De fato, raramente o Brasil se compara com outros países. As comparações são temporais. Compara-se o Brasil com o Brasil. Como consequência relevante, observa-se a discrepância das avaliações dos processos políticos e das políticas governamentais entre o ponto de vista da nossa academia e das academias do mundo desenvolvido. Exemplos importantes, com consequências práticas significati-

vas, são as diferentes percepções no âmbito doméstico e internacional das transições política e econômica, especialmente no que se refere ao ritmo das reformas econômicas.

O Brasil é vítima, então, da sua dimensão continental, e a academia brasileira fica presa ao seu paroquialismo. É bem verdade, entretanto, que nossa produção de boa qualidade está sempre referida à ponta da literatura dos países avançados, especialmente os Estados Unidos, de onde importamos grande parte de nossa agenda de pesquisa.<sup>1</sup>

Mesmo referidos, em grande medida, à política comparada norte-americana, passamos ao largo do grande debate contemporâneo que sacode esse campo. Os estudos de área, freqüentemente associados a estudos de caso ou de pequeno número de casos, têm estado sob ataque dos adeptos da escola racional, geralmente combinada com a teoria dos jogos, a análise de grande número de casos e as técnicas estatísticas avançadas. Como deveríamos nos situar nesse debate? Mesmo que nos sintamos alheios a essa controvérsia, é importante, pelo menos, conhecê-la, sob pena de continuarmos a importar

---

\* Este artigo foi preparado para a Associação Brasileira de Ciência Política e discutido em sua primeira versão no Seminário "A Ciência Política no Brasil: Estado da Arte e Perspectivas", Ouro Preto, Minas Gerais, promovido pela Associação em julho de 2000. Agradecemos aos seus participantes pelos excelentes comentários a este trabalho. Somos gratos, especialmente, a Fernando Limongi, pela leitura cuidadosa e comentários estimulantes. Desnecessário dizer, contudo, que somos os únicos responsáveis pelos resultados e idéias aqui contidos.

acriticamente a pauta de pesquisa e a metodologia predominante na mais influente academia do mundo desenvolvido.

O objetivo deste artigo é avaliar a área de política comparada em nossa academia. Essa tarefa impõe uma discussão mais rigorosa sobre a definição de política comparada. É um campo de conhecimento ou um método? Aplica-se somente a estudos que comparem mais de um país? Ou somente ao estudo de outros países? Os estudos de caso e comparações temporais do mesmo país podem se qualificar como comparativos, desde que referidos ao instrumental conceitual-teórico da literatura de política comparada?

As outras subáreas da Ciência Política referem-se, em geral, a temas, o que permite analisar melhor o estado das artes de cada uma e avaliar suas perspectivas futuras. No caso da política comparada, porém, fica-se limitado ao levantamento das iniciativas científicas, ainda esparsas, pautadas pela perspectiva comparada, e à avaliação das possibilidades de estruturar a área em nossa academia. A ênfase, por conseguinte, é no método, abrangendo, portanto, essa subárea vários temas.

Neste artigo, após definirmos o que entendemos por estudos comparados e política comparada, oferecemos uma breve revisão sobre o campo e o método comparado e resumimos o grande debate metodológico que domina atualmente essa área na academia norte-americana. Procuramos, em seguida, trazer uma medida da presença da perspectiva comparada em nossos encontros profissionais, nas linhas e nos projetos de pesquisa que desenvolvemos, nos artigos que publicamos e nas teses que orientamos. Finalmente, o artigo trata de indicar tanto os obstáculos como as vantagens e os pontos favoráveis à estruturação da área em nosso meio, apresentando sugestões nessa direção e um esboço de agenda de pesquisa.

### Por que Comparar?

Recorremos a Sartori (1994) para responder a essa indagação. Compara-se para controlar (verificar ou falsificar) se as generalizações se mantêm através dos casos aos quais se aplicam. Comparar é apenas uma rota de produção de conhecimento e, como todas as outras, visa a compreender os fenômenos de interesse. Comparar é, contudo, a única rota que permite buscar explicações causais nas ciências sociais.

Há várias formas de controlar: por meio dos métodos experimentais, dos métodos estatísticos e do chamado método comparado (análise sistemática de pequeno número de casos). O controle experimental e o estatístico são instrumentos mais poderosos de controle do que o método comparado. Mas, em ciências sociais, o método experimental tem aplicabilidade limitada e o estatístico requer muitos casos e bancos de dados nem sempre disponíveis. Frequentemente, portanto, o pesquisador enfrenta o problema de “muitas variáveis e pequeno número de casos” (Lijphart, 1971). Nesse caso, a melhor opção é o método comparado de controle.<sup>2</sup>

No âmbito deste trabalho, são objetos de consideração tanto os estudos com pequeno (qualitativos) como com grande número de casos (quantitativos), cujas variáveis explicativas foram submetidas, respectivamente, ao controle comparativo e ao controle estatístico. Foram incluídos também os estudos de caso referidos ao instrumental teórico-metodológico do campo comparado. Valhemo-nos aqui mais uma vez de Sartori, para o qual,

[...] um *scholar* pode ser implicitamente comparativo sem comparar, isto é, desde que um país ou uma unidade de estudo esteja entranhado em um contexto comparativo e que seus conceitos, seus instrumentos analíticos sejam comparáveis (Sartori, 1994, p. 15).

Wiarda e Collier igualmente enfatizam a importância dos estudos de um só país para o campo da política comparada. Para Wiarda, estudos de um só país, de uma instituição particular, de um processo ou de uma política pública deste país

[...] são provavelmente os mais fáceis para jovens estudantes da área. Mas, ao focar em um só país ou instituição, será necessário um parágrafo introdutório colocando esse estudo em um contexto comparativo maior (Wiarda, 2000, p. 8).

Para Collier, comparações sistemáticas dentro de um mesmo país, inclusive focalizando processos de mudança ao longo do tempo, também permitem caracterizar um estudo como “comparado”. Esses estudos são, freqüentemente, bem-sucedidos em colocar o caso analisado em perspectiva comparada, combinando, assim, análise intensiva de um país com comparações mais amplas. Finalmente, argumenta o autor, a seqüência de uma carreira que começa com o estudo de um só país e passa para estudos com vários países

[...] não só é comum, como lógico, e uma grande proporção de *scholars* que desenvolveram suas carreiras baseadas em um importante trabalho comparativo de múltiplos países começou de fato com dissertações de um só país (Collier, 1999, p. 5).

Analisamos, em seguida, os distintos significados do conceito de política comparada, conforme tratado pelos *scholars* da área.

### O Método e o Campo de Política Comparada

Política comparada é um campo ou um método? Os especialistas dividem-se a esse respeito. Para Lijphart (1971) e Holt e Tur-

ner (1970), política comparada é um campo da Ciência Política que se define pela abordagem metodológica e não por um corpo de conhecimento substantivo. Sartori também adota essa definição. Criticando a área de política comparada nos Estados Unidos, ele aponta para o fato de que o campo se define aí pelo estudo de “outros” países e está impregnado de muitos *scholars* que, na realidade, não são comparativistas. De fato, continua o autor, muitos especialistas do campo não se qualificam como tal, não apenas porque só estudam um país, mas também o fazem sem noção do método comparado, nem explícito nem implícito. Daí a razão de a ênfase no método ser essencial.

Para Schmitter (1993), política comparada é tanto um campo de conhecimento como um método de análise. Por método comparado, diz ainda o autor, entenda-se um esforço analítico para explorar similaridades e diferenças entre unidades políticas, como base para testar hipóteses, construir teorias e inferir causalidade. Por campo de conhecimento, dentro da Ciência Política, segue o autor, entenda-se o estudo “de outros países e outros povos”. Seu *status*, nos Estados Unidos, tem sido um tanto marginal, diz ainda o autor, situando-se entre, de um lado, *American Politics* (tratada implicitamente como não comparável) e, de outro, Relações Internacionais (explicitamente considerada mais consequencial). Teoricamente, o método e o campo de conhecimento são complementares. Na prática, nem tanto.

Já para Wiarda (2000, pp. 7-12), política comparada é um campo que envolve o estudo sistemático e a comparação dos sistemas políticos do mundo, procurando explicar tanto as suas diferenças como as suas similaridades. Procura identificar padrões, processos e regularidades dos sistemas políticos, e caracteriza-se por uma metodologia rigorosa e efetiva.

Mesmo que neste trabalho tenhamos adotado o método como forma de identificar

os estudos que compõem a área de política comparada no Brasil, vale à pena, dada a forte influência que a academia norte-americana exerce sobre a nossa produção científica, caracterizar brevemente o campo, suas origens, sua ligação com a política externa norte-americana e seus instrumentos metodológicos.

### *Origens do Campo*

O campo de política comparada desenvolve-se nos anos de 1950 nos Estados Unidos, paralelamente à revolução behaviorista, em pleno contexto da Guerra Fria. Referida ao estudo de outros países, a área surge confinada geograficamente e imprensada, por assim dizer, entre *American Politics* e Relações Internacionais.

Nos anos de 1960 e 1970, segundo Wiarda, a política comparada era a fonte maior de construção teórica, um campo inovador e provocativo, que atraía os melhores e os mais brilhantes entre os jovens pesquisadores. Todas as possibilidades estavam abertas para o grande número de países em desenvolvimento e as novas nações que surgiram no pós-guerra: democracia, autoritarismo, marxismo, revolução, corporativismo, totalitarismo, fragmentação e desintegração, guerra civil. O debate girava em torno de grandes sistemas internacionais. Buscava-se uma teoria geral, universalista, que explicasse as características de todos os sistemas políticos e seus possíveis desenvolvimentos.<sup>3</sup> Nesse contexto, os *scholars* norte-americanos desenvolvem a teoria da modernização. O paradigma dominante é o desenvolvimentismo, base da política externa norte-americana e, sobretudo, da política de ajuda deste país, da qual são exemplos a Aliança para o Progresso e o Corpo da Paz. Acreditava-se que se promovendo o desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo, automaticamente se seguiria o desenvolvimento político, leia-se, democracia. Huntington (1968) quebra

essa linha evolucionista e alerta para o fato de que o resultado da modernização pode ser, não o desenvolvimento político, mas *political decay*, chamando a atenção para a importância das instituições e da construção institucional para evitar essa última alternativa. O importante para esse autor é a estabilidade do sistema político pró-ocidente, mesmo que a saída seja autoritária.

Ainda nos anos de 1960 e 1970 surge a reação ao etnocentrismo norte-americano, advinda de outras regiões do mundo. Na Europa temos Lijphart (consorciacionismo – Holanda, Bélgica, Suíça e Áustria)<sup>4</sup> e, tomando como referência empírica seus países de origem, Sartori (padrões de competição polarizados e centrífugos do sistema partidário, Itália)<sup>5</sup>, Linz (regimes autoritários, Espanha)<sup>6</sup>. Da América Latina surge a teoria da dependência (Cepal, Cardoso e Faletto)<sup>7</sup> e o burocrático-autoritarismo (O'Donnell).<sup>8</sup>

Quanto às ferramentas metodológicas disponíveis para o campo emergente, registra-se, com a revolução behaviorista, a ênfase no comportamento e na ação e o surgimento de novas formas de dados, novas formas de compilação e novas técnicas de análise. Os *scholars* passam a basear suas pesquisas em dados agregados e *surveys*, elegendo o Estado-nação como a exclusiva unidade de análise do campo comparado. Apesar do progresso significativo, contudo, ainda existiam muitos problemas metodológicos derivados do uso dos padrões então prevalecentes de lógica e inferência.<sup>9</sup>

### *O Campo Hoje*

Com o fim da Guerra Fria, o debate acerca dos grandes sistemas acabou. A democracia triunfou largamente na esfera política, sendo o único sistema de governo que goza de total legitimidade no nível global. Mercado livre e *dwonsizing* do Estado prevalecem sobre estatismo, *welfare state* e economia planejada.

Tem-se, então, o triunfo da democracia, do consumerismo e do neoliberalismo ou de uma forma mista de capitalismo e *social welfare*.

Há, de certa forma, uma volta ao determinismo da teoria da modernização. É verdade que democracia não é mais vista pela literatura especializada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico. De fato, democracia é hoje encarada como um desafio aos regimes não-democráticos, difícil de ser enfrentado, mas certamente plausível e com chances concretas de sucesso.<sup>10</sup> De uma maneira geral, então, implícita ou explicitamente, os autores manifestam a “esperança” de que os sistemas políticos emergentes venham a se tornar democráticos e consolidados. Surge, assim, uma vasta literatura dedicada à análise dos fatores e das condições favoráveis à promoção e à consolidação das novas democracias ou, ao contrário, das dificuldades e das ameaças a esses processos.<sup>11</sup> O governo norte-americano, agora teoricamente livre das ambigüidades estabelecidas no mundo da Guerra Fria – quando apoiava ditaduras anti-comunistas – e como parte de sua política externa, pressiona os países em desenvolvimento em direção ao sistema político democrático.<sup>12</sup> A “condicionalidade política” passa a ser, nos anos de 1990, imposta aos países emergentes pelas agências multilaterais de desenvolvimento – FMI, Banco Mundial – em justaposição à condicionalidade econômica das décadas passadas.<sup>13</sup>

Nesse contexto, as agendas governamentais dos países em desenvolvimento são definidas com margem muito pequena de flexibilidade. As diferenças, contudo, não podem ser ignoradas, abrindo-se, a partir daí, importante agenda de pesquisa, a ser mais detalhada adiante. Assiste-se também às grandes transformações por que passa o mundo e aos profundos processos de integração trans e internacionais – fenômeno chamado por muitos de globalização – que atingem não apenas a esfera econômica-fi-

nanceira, mas também as esferas cultural, social, tecnológica e de comunicações, e a sua contrapartida, os concomitantes movimentos de fragmentação e segmentação das sociedades nacionais. Por um lado, são movimentos velozes e homogeneizadores, que rapidamente atravessam fronteiras regionais e valorizam a busca de uma teoria universal, como a *rational choice*. Por outro, explodem as diferenças étnicas e culturais, revive-se o nacionalismo, e crescem os movimentos em direção a novas aglutinações regionais, exigindo estudos de caso cuidadosos dos novos países, seus conflitos e estratégias de defesa.

Essas tendências, impulsos e estímulos da política comparada refletem-se no grande debate metodológico que agita, atualmente, o campo, animado tanto pelo avanço das técnicas estatísticas de controle, inclusive para pequeno número de casos, como pela recuperação ou surgimento de novas lógicas de inferência e o tratamento formalizado ou quantitativo de comparações qualitativas, como, por exemplo, a álgebra booleana e a análise de *fuzzy-set*.<sup>14</sup>

### **Comparar como? O Grande Debate Metodológico**

No final dos anos de 1960 e início dos de 1970, surge uma nova literatura que estabelece o “método comparado” (*small N analysis*) como componente fundamental da política comparada, em contraste com os métodos experimental, estatístico e de estudos de caso. Vinte e cinco anos depois, assiste-se a outro grande debate metodológico na área, que coloca em campos opostos o método comparado e o método estatístico. Os dois métodos mostram uma série de afinidades eletivas com tipos de dados e de análise, compondo, por assim dizer, duas grandes classes de estudos, que assim podem ser resumidas:

- (a) Estudos de área (*area studies*): pesquisa de campo, em que os pesquisadores aprendem a língua, a história, a cultura da região ou país; método comparado, com pequeno número de casos ou estudos de casos, análise em profundidade e contextualizadas (*context-bound*); dados qualitativos, entrevistas, material histórico, *path analysis* e *process tracing*.
- (b) Estudos de escolha racional: análise não-contextualizada, pressupostos universais; métodos estatísticos, grande número de casos, e teoria dos jogos; dados quantitativos, dados agregados, *cross-section analysis*; busca de regularidades (*social scientific approach*).<sup>15</sup>

Os adeptos da *rational choice* consideram-na uma teoria universal do comportamento. Muitos desses autores referem-se a essa abordagem como sendo a verdadeiramente científica, em oposição aos especialistas de área. Esses teriam se passado para o campo de humanidades e adotado os padrões da etnografia, tendo fraco comprometimento com a teoria e nenhuma familiaridade com as abordagens matemáticas para o estudo da política. Registra-se, assim, a volta da busca de uma teoria universal, como no início do desenvolvimento do campo, quando a teoria da modernização assumiu este papel.

Embora os primeiros sinais desse debate metodológico apareçam em 1993, ele realmente se acende com o ataque ferrenho ao *area studies* vindo do presidente da Seção Organizada de Política Comparada da América Political Science Association (APSA), Robert Bates (1996). O debate é, desde então, vivo e intenso,<sup>16</sup> com várias críticas a favor de uma e outra abordagem metodológica e algumas posições que defendem a complementaridade das duas abordagens.<sup>17</sup> Não cabe aqui discorrer sobre elas. O que é certo, porém, é que o *area studies* está perdendo terreno. O número de

postos na academia norte-americana abertos aos quantitativistas e os adeptos da *rational choice* já é bem maior, e os departamentos, mesmo aqueles ainda com forte presença de especialistas de área, já orientam seus alunos para o treinamento em ambas as abordagens.

Convém ressaltar que a abordagem do *area studies* – onde os especialistas elegem uma área geograficamente delimitada, como América Latina, Europa Ocidental, Europa Central e do Leste, Leste Asiático etc. – parece não ser mais suficiente para produzir as comparações significativas do mundo de hoje, de profundas, incessantes e velozes transformações. Ou seja, o confinamento da pesquisa em determinada área geográfica não permite capturar todos os processos relevantes do mundo contemporâneo. Porém, as comparações entre regiões são trabalhosas e estão sempre incorrendo em perigo de “esticamento conceitual” (*conceptual stretching*).<sup>18</sup> Daí deriva o grande apelo da escolha racional. Essa abordagem universalista do comportamento político, exatamente por não ser *context-bound*, atravessa fronteiras com facilidade.

Robert Bates (1996a) refere-se a esse ponto explicitamente, chamando a atenção para o fato de que o crescimento da democracia com o fim da Guerra Fria, o surgimento do mercado global e a globalização da cultura ocidental reduziram a diversidade nacional e reforçaram a homogeneização da política doméstica. A prioridade é dada, assim, à explicação da semelhança e não da diferença, a qual, segundo o autor, é a matéria prima do método comparado. Isto não quer dizer, contudo, que os estudos de pequeno número de casos estejam descartados. Como o próprio Bates enfatiza, a despeito da globalização econômica, os países diferem profundamente nas formas como se integram ao mercado internacional. O mesmo ocorre com a Terceira Onda de Demo-

cratização. O modelo de democracia liberal ocidental, referência de todos os novos regimes, acomoda-se de distintas maneiras aos legados histórico-culturais e político-institucionais dos diversos países.

Quer se trate, então, de análises de grande número ou de pequeno número de casos, da utilização do método comparado ou do método estatístico, de escolha racional ou de etnografia, a agenda de pesquisa futura provavelmente não se limitará a áreas geográficas determinadas. A especialização, por exemplo, em América Latina – ministrando-se cursos correspondentes e pesquisando apenas países da área – poderá ser insuficiente. A tendência será privilegiar estudos que atravessem fronteiras regionais e comparem, por exemplo, Argentina, Brasil, Chile, Polônia e Hungria, no que se refere a características do processo de transição e consolidação democrática; ou Argentina, Chile, Brasil e Coreia do Sul, quando se trata de analisar as diferentes respostas ao programa de ajuste econômico definido pelo consenso de Washington.

É lícito supor, portanto, que *area studies* deverá de alguma forma se reestruturar, ganhando flexibilidade, atravessando fronteiras regionais, abrindo sua agenda, incorporando métodos estatísticos para análises de pequeno número de casos, ou aderindo ao uso do *fuzzy set*. Tarefa primordial dos *scholars* adeptos do método comparado (estudos de pequeno número de casos), em geral especialistas de área, será, sem dúvida, a inovação e a clarificação conceitual, já que sua vantagem relativa *vis-à-vis* as análises de grande número de casos, que era justamente a questão da validade conceitual, fica agora comprometida pelo alargamento de fronteiras.

Nossa academia passou ao largo desse debate, mas como *late, late comer* na área de política comparada, temos a vantagem de poder começar a estruturá-la já em moldes modernos.

## Estudos Comparados no Brasil

Trata-se aqui de apresentar uma medida, ainda que tentativa, das atividades científicas da nossa academia pautadas pela perspectiva comparada.

### Indicadores Quantitativos<sup>19</sup>

Como indicadores dessa avaliação, propomos examinar, no período de 1985 a 2000: (1) as teses defendidas no âmbito dos dez centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais<sup>20</sup> que adotem a perspectiva comparada;<sup>21</sup> (2) os artigos publicados nas revistas A e B da área, segundo a classificação da Capes, a saber, *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Lua Nova, Estudos CEBRAP e Contexto Internacional*; e (3) os trabalhos apresentados e as mesas redondas ocorridas nos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpocs) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Os trabalhos apresentados nas duas principais associações científicas ligadas à área de Ciência Política no país e os artigos publicados nos principais periódicos da área serão utilizados como indicadores de produção científica em política comparada (técnica e bibliográfica)<sup>22</sup>. Note-se, contudo, que *grosso modo*, 20% das publicações das revistas examinadas são de autores estrangeiros, embora nesse cálculo estejam incluídas as parcerias com autores nacionais. As teses defendidas nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política servem de sinalizadores da futura produção de nossa academia desde a perspectiva comparada. Embora a maioria das teses não chegue a ser publicada, elas, em geral, sinalizam o interesse dos jovens pesquisadores e de seus orientadores. Da mesma forma, os trabalhos comparados apresentados às duas associações científicas são fortes indicadores

da produção bibliográfica no futuro imediato da nossa comunidade acadêmica, já que grande parte deles é publicada dentro do prazo de um ou dois anos. Entretanto, não foi possível indicar a proporção de trabalhos referidos à perspectiva comparada em relação ao total de trabalhos de Ciência Política e Relações Internacionais apresentados nos encontros da Anpocs. O mesmo ocorreu em relação aos artigos comparativos publicados nos cinco periódicos nacionais A e B. A razão é a mesma: tanto num caso como no outro, o universo não se restringe a trabalhos na área de interesse, mas se amplia para incluir outras áreas das ciências sociais, o que nos levaria a subestimar significativamente a proporção dos trabalhos em perspectiva comparada. Separar os trabalhos por área de conhecimento é tarefa hercúlea e ainda assim de grande imprecisão. É possível, porém, construir esses indicadores no que se refere às teses defendidas pelos dez centros de pós-graduação em análise e aos trabalhos apresentados nos encontros da ABCP, já que nos dois casos os trabalhos referem-se especificamente à área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Vale repetir que por estudos comparados estamos entendendo tanto estudos com pequeno número de casos (qualitativos) como com grande número de casos (quantitativos), cujas variáveis explicativas são submetidas, respectivamente, ao controle comparativo e ao controle estatístico. Incluímos também os estudos de caso referidos ao instrumental teórico-conceitual do campo comparado e trabalhos voltados para a discussão deste instrumental. Dessa forma, o critério para a seleção dos estudos é metodológico. A seleção de teses, estudos e artigos com a perspectiva comparada baseou-se nos títulos dos trabalhos, em seus resumos, quando disponíveis, e no conhecimento dos autores sobre seu conteúdo. Incorremos, portanto, necessariamente, em erro de seleção. O erro, porém, foi sistemá-

tico: em caso de dúvida, considerou-se o trabalho como comparativo. Os resultados apresentados são, portanto, sobrestimados, com exceção dos estudos quantitativos, que só foram assim classificados com conhecimento do seu conteúdo.

Em aproximadamente quinze anos, nossa academia produziu 359 artigos com a abordagem comparada nos cinco principais periódicos do país da área de Ciência Política e Relações Internacionais, orientou 166 teses (mestrado e doutorado) e apresentou à Anpocs<sup>23</sup> e à ABCP<sup>24</sup>, respectivamente, 160 e 73 trabalhos com essa abordagem. Quanto às teses e aos *papers* apresentados à ABCP, os números indicados representam, igualmente, 17% do total de teses defendidas e de trabalhos apresentados (ver Tabelas 1, 3, 5, 7 e 12).

Os 160 trabalhos comparados apresentados nos encontros da Anpocs espalharam-se, ao longo dos anos analisados, por quatorze Grupos de Trabalho (GTs)<sup>25</sup> e doze Mesas Redondas. Três sessões de Seminários Temáticos adotaram a abordagem comparada explicitamente: uma sessão, em 1993, e duas outras em 2001. Não houve, desde 1986, nenhum Grupo de Trabalho especificamente voltado para a política comparada e registra-se somente uma Mesa Redonda (Política Comparada no Brasil), em 1999, que especificamente discutiu essa área como campo de estudo e como método e suas futuras perspectivas no Brasil. Já nos três Encontros da ABCP não se registrou nenhuma mesa redonda ou painéis temático que adotasse explicitamente a abordagem comparativa.

Entre os 233 trabalhos em perspectiva comparada apresentados nos encontros das duas associações científicas, predominam, sem surpresas, estudos de caso centrados no Brasil, 46% e 49%, respectivamente. Seguem-se estudos com pequeno número de casos, 28%, na Anpocs, e 26%, na ABCP. Entre os 359 artigos publicados nos cinco periódicos selecionados, contudo, surpreende a maior concentração em estudos com

pequeno número de casos (34%), ficando o número de estudos de caso do Brasil em segundo lugar, com 25%.

Nada surpreendente, porém, é a constatação do pequeno número de estudos com grande número de casos: seis trabalhos apresentados à Anpocs, quatro à ABCP e dez artigos publicados nos cinco periódicos nacionais (cf. Tabelas 1, 3 e 7). Contudo, comparados a 2000, os dados atuais apontam para a tendência crescente de estudos quantitativos de qualquer modalidade. De fato, o total desses trabalhos passa de seis, em 2000, para vinte em 2002, mais do que triplicando, portanto. Essa alta taxa de crescimento dos estudos de grande número de casos pode ser explicada, em parte, pela volta do exterior (sobretudo dos Estados Unidos) de jovens doutores já treinados segundo a corrente quantitativa predominante.

Quando se toma os periódicos individualmente, eles apresentam algumas diferenças do padrão de distribuição de tipos de estudos comparativos. Assim, afastando-se da tendência geral para os periódicos, *Dados* registra o mesmo padrão da Anpocs e da ABCP: a maior proporção de suas publicações em perspectiva comparada é de estudos de caso referidos ao Brasil (45%), seguindo-se artigos que focalizam pequeno número de casos (27%). A *Contexto Internacional* concentra seus artigos comparativos em estudos de caso de outros países (45%) e em estudos com pequeno número de casos (44%), sendo ainda o periódico que mais publica trabalhos desses dois tipos, respectivamente, cerca de 44% do total dos 75 estudos da primeira categoria e 26% dos 121 estudos da segunda. Junto com a *Lua Nova* é responsável por cerca da metade do total de estudos com mais de um país. Ligada à área de política internacional, é de se esperar o bom desempenho da *Contexto Internacional* na área comparada. Mas são a *Dados* e a *Lua Nova* que mais enfatizam essa perspectiva (24% do total de artigos publicados) (cf. Tabela 7).

Segue-se a análise das teses defendidas ao longo dos últimos quinze anos nos dez centros de pesquisa e pós-graduação. Essa análise é de grande relevância para os propósitos deste trabalho. Em primeiro lugar, porque, nesse caso, como já assinalado anteriormente, ao contrário do que ocorreu com os trabalhos apresentados à Anpocs e os artigos publicados nas revistas A e B, é possível referir as teses comparativas ao total de teses defendidas. Em segundo, porque, como também já sugerido, as teses são excelentes sinalizadores da produção futura da nossa academia, indicando, portanto, o lugar e a dimensão que a política comparada ocupará nos próximos anos.

Convém repetir que das 955 teses defendidas entre 1986 e 2000 nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação, 166, ou 17%, adotaram a abordagem comparada. Dessas, 52, ou 31%, foram defendidas pelos alunos do IUPERJ, seguindo-se a USP, com 26 teses, ou 16% do total (cf. Tabela 12).

O IUPERJ não só é a instituição que mais contribuiu para o total de teses classificadas nessa categoria, como também é o centro de pós-graduação que maior ênfase deu à perspectiva comparada: as 52 teses correspondem a 30% do total de teses defendidas nessa instituição, desde 1987, a uma média de quatro teses por ano. Segue-se o IRI, cujas vinte teses comparadas correspondem a 27% do total de teses ali produzidas a partir de 1990, o que dá uma média de duas teses comparadas por ano. Todos os outros centros apresentam médias inferiores a esta última.

A USP, embora seja o segundo centro de pós-graduação que mais contribuiu em números absolutos (26) para a produção das 166 teses em perspectiva comparada, apresenta ênfase relativa a esse tipo de tese significativamente menor do que o IRI (27%) e aproximadamente igual à observada no caso do POL/UnB, REL/UnB e UFRGS. Ou seja, com exceção do IRI (27%), as teses comparativas correspondem a cerca 20% do total de

teses defendidas nessas instituições, correspondendo em números absolutos a 26 (USP), 17 (POL/UnB), 16 (REL/UnB) e 11(UFRGS) teses. O POL/UnB e o REL/UnB ocupam uma posição intermediária e coincidente entre os centros analisados, tanto no que se refere à ênfase relativa atribuída às teses comparadas como ao número absoluto de teses correspondentes. Este não é o caso da UFRGS. De fato, as onze teses com a perspectiva comparada defendidas nessa instituição colocam seu programa de pós-graduação no grupo intermediário quanto à importância relativa atribuída pelos programas às teses comparativas, também a nível, em números absolutos, com duas das instituições que menos dão importância à perspectiva comparada, a saber, Unicamp e UFMG. De fato, as doze teses comparativas incluídas nessa categoria e as dez teses do mesmo tipo da UFMG correspondem, em ambos os casos, a menos de 10% do total das teses produzidas nos dois programas (ver Tabela 12).

A UFF apresentou apenas duas teses comparadas entre o total de 21 teses defendidas. Note-se, contudo, que as primeiras teses em Ciência Política do programa foram defendidas há apenas três anos, sendo, portanto, cedo para avaliar a ênfase relativa que será atribuída à perspectiva comparada. Finalmente, a UFPE, com nenhuma tese comparada de um total de 59 teses defendidas ao longo de treze anos, desponta como o centro de pós-graduação que menos enfatiza essa perspectiva no que se refere às dissertações de seus alunos (ver Tabela 12).

Entre as 166 teses comparativas, predominam os estudos de caso centrados no Brasil (44%), seguido de estudos de caso de outros países (28%), estudos com pequeno número de casos (16%) e, finalmente, estudos teóricos e conceituais (12%). Registra-se, até o ano 2000, a completa ausência de teses comparadas quantitativas (grande número de casos), embora seja de se esperar que estas acompanhem a tendência crescente mostra-

da, em 2002, no que se refere aos trabalhos apresentados às duas associações científicas e aos artigos publicados nos principais periódicos da área. Tais tendências mantêm-se quando se separam as teses de doutorado e de mestrado, reproduzindo-se na maioria dos centros de pós-graduação analisados. Exceções não surpreendentes são o IRI e o REL/UnB, onde, pela orientação internacional de seus programas, a maioria de suas teses concentra-se em estudos de caso de outros países, 55% e 62%, respectivamente. Esses dois centros, juntamente com o Iuperj, são responsáveis por 70% das 47 teses classificadas nessa categoria (ver Tabelas 9 e 11).

Quando se estreita a concepção de estudos comparados para se incluir somente os trabalhos que envolvem dois ou mais países, o número de estudos cai significativamente, em todas as categorias. Assim, dos 160 trabalhos apresentados à Anpocs e dos 73 apresentados à ABCP considerados comparados dentro da perspectiva mais ampla adotada neste trabalho, 32% e 31%, respectivamente, referem-se a dois ou mais países. Essa proporção é maior quando se trata de artigos publicados nos periódicos analisados, chegando a quase 36% do total dos 359 artigos classificados como comparados dentro da perspectiva mais ampla, e muito menor no caso das teses, correspondendo a apenas 16% do total das 166 teses dessa categoria mais ampla (ver Tabelas 1, 3, 7 e 9). Impressionante é a reduzida proporção que as 27 teses referidas a mais de um país e os 23 trabalhos apresentados à ABCP classificados na categoria mais estreita representam em relação ao total de teses defendidas no período de análise e ao total de trabalhos apresentados nos três encontros da ABCP: 3% e 5%, respectivamente (ver Tabelas 5 e 12).<sup>26</sup>

Tomando-se as teses que envolvem mais de um país, o IRI é o que melhor se posiciona agora: sete teses ou 9% do total das teses defendidas referem-se a dois ou mais países. Segue-se o Iuperj, com cinco

teses com essas características, correspondendo a 3% do total de suas teses. O REL/UnB e o POL/UnB apresentam a segunda maior proporção de teses nessa categoria, 5%, correspondendo a quatro teses deste tipo em cada um dos casos. Segue-se a UFMG, com três teses que envolvem mais de um país, ou 2% do total das teses defendidas. A USP e a UFRGS contribuem, ambas, com apenas duas teses no período de análise, correspondendo, respectivamente, a 1% e 4% do total de teses aprovadas nessas instituições. A UFF e a Unicamp juntam-se agora à UFPE e não registram nenhuma tese que envolva o estudo de dois ou mais países no período de análise (ver Tabela 12).

Vale observar que do total das 27 teses que analisam mais de um país, 63 % são estudos comparados que incluem o Brasil. A concentração nesse tipo de estudo é geral. De fato, o exame das Tabelas 2, 4, 8 e 10 mostra que tanto no que se refere a artigos publicados como a trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP, essa categoria representa a metade ou mais dos estudos referidos a mais de um país: 55%, 65% e 48%, respectivamente. Segue-se, para todos os indicadores, estudos internacionais comparados: em torno de 31% para trabalhos apresentados à Anpocs, publicações em periódicos e teses e 52% para os trabalhos apresentados à ABCP. Os três encontros da ABCP não registraram sequer um estudo de mais de um país que não incluísse o Brasil. Apenas nos periódicos o número de artigos publicados classificados nesta categoria é expressivo: dezenove, correspondendo a 14 % do total de artigos referidos a mais de um país. Esse resultado, em parte, se explica pelo fato de que, diferentemente das teses e dos trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP, os autores dos artigos publicados são, em proporção bem mais significativa, estrangeiros.

Finalmente, tomando o total das teses defendidas nos dez principais centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações In-

ternacionais do país nos últimos quinze anos, e dos trabalhos apresentados aos três encontros da ABCP, em 1998, 2000 e 2002, como sinalizadores, *grosso modo*, da tendência futura dos estudos comparados em nossa academia, faremos algumas observações quanto à sua evolução temática e temporal.

O Gráfico 1 mostra claramente a tendência geral crescente do número de teses que adotam a perspectiva comparada. De fato, a partir de 1990, o número de teses comparativas aumenta numa proporção de cinquenta teses a cada cinco anos (ver Tabela 15).

A Tabela 15 sinaliza – o que é muito interessante – a importância relativa dos temas das teses comparativas ao longo do tempo. Assim, no período entre a escolha do primeiro presidente civil e o primeiro presidente eleito por voto direto, ainda no período de transição democrática, predomina, sem surpresas, o tema “democracia e democratização”, objeto de investigação de quatro das nove teses comparativas defendidas nesse período. Nos períodos seguintes, a preocupação com o processo de democratização, agora já em fase de consolidação, continua forte, aumentando o número absoluto de teses sobre esse tema: 20 teses, entre 1991 e 1995, e 26, entre 1996 e 2000. Observe-se, contudo, que à medida que outros temas contemporâneos estimulam a investigação dos estudantes e de seus orientadores, a ênfase relativa nos processos de democratização declina a uma significativa taxa de 10% ao longo dos três períodos enfocados, atingindo 45%, 35% e 26% do total de teses defendidas, respectivamente nos períodos de 1985-1990, 1991-1995 e 1996-2000.

Note-se que foram incluídos na categoria mais ampla de processos democráticos estudos que abordavam também outros temas, tais como instituições políticas, globalização ou política econômica, desde que tratados de forma interligada a questões de democracia e democratização. Dessa forma, a importância relativa dos outros temas de interesse das te-

ses está subavaliada. Com esta ressalva em mente, assinala-se, entre 1991 e 1995, o claro surgimento, como objeto das teses, de temas que envolvem o fenômeno da globalização e da integração regional e a preocupação com a inserção do Brasil no novo sistema internacional. Esses temas, aqui agrupados analiticamente, são objeto de estudo de dezessete teses, ou 30% das teses comparadas desse período. Surgem também, de maneira expressiva, teses que examinam as instituições políticas e o comportamento eleitoral (doze teses ou 21% do total de teses comparadas), expressando, em nossa academia, o lugar de destaque já ocupado, nas academias dos países desenvolvidos, pelo novo institucionalismo e a conseqüente e crescente preocupação com a escolha e o funcionamento das instituições e seu efeito na consolidação da democracia.

Esses dois grupos de temas continuam ocupando lugar proeminente no período seguinte, entre 1996 e 2000, sendo globalização, integração regional e política externa comparada e instituições políticas e comportamento eleitoral objetos, respectivamente, de 26% e 20% do total de teses defendidas nesse período. Além disso, observa-se a presença expressiva de teses que discutem governabilidade, política e economia. De fato, este último grupo de temas inspira quatorze teses no período de 1996 a 2000, correspondendo a 14% do total de teses comparativas. O interesse nesses novos temas coincide com o período das reformas estruturais do governo Fernando Henrique, mas, na verdade, estariam referidas, em grande medida, às reformas iniciadas nos dois governos anteriores. Isso porque as datas de defesa das teses acadêmicas têm uma significativa defasagem temporal em relação aos acontecimentos, por dois motivos: primeiro, pelo seu tempo de realização, que varia aproximadamente de dois a cinco anos, dependendo se for dissertação de mestrado ou tese de doutorado; e, segundo, pelo fato das pesquisas, em sua grande maioria, analisarem fatos já ocorri-

dos. Assim, por exemplo, a análise comparada sobre os planos de estabilização ou sobre as reformas estruturais dos governos democráticos só poderá ocorrer nos períodos seguintes à sua realização.

Finalmente, percebe-se que o tema tradicional "Estado e Políticas Públicas" marca, por assim dizer, uma presença regular, embora não destacada, entre as teses defendidas em todos os períodos.

A análise temática e temporal dos trabalhos apresentados aos encontros da ABCP mostram resultados muito semelhantes, ressaltando-se o fato de que só ocorreram até agora três encontros, o que limita a identificação de tendências. De qualquer forma, também aqui o número de trabalhos comparativos cresce significativamente, mais do que triplicando em quatro anos. Além do mais, a importância relativa dos temas dos trabalhos é bastante semelhante à das teses. Assim, tomados os três encontros em seu conjunto, igualmente aqui a prioridade é posta em temas relativos à democracia e ao processo de democratização, cobrindo 31% do total de 73 trabalhos apresentados com a perspectiva comparada. Seguem-se, em posição equivalente, o grupo de temas relativos a globalização, integração regional e política externa comparada, o grupo referido a instituições políticas e comportamento eleitoral e o grupo que abrange questões de governabilidade, política e economia, responsáveis, cada um deles, por 23%, 21% e 22%, respectivamente do total dos trabalhos comparativos. A diferença digna de nota é a ausência de trabalhos sobre o tema Estado e políticas públicas (ver Tabela 6).

Em resumo, os indicadores utilizados mostram que nossa academia privilegiou, nos últimos quinze anos, os estudos de caso centrados no Brasil. A exceção fica por conta dos artigos publicados nos cinco principais periódicos da área, onde predominam os estudos de pequeno número de casos. Essa categoria recebe também lugar de des-

taque entre os trabalhos apresentados às duas associações científicas analisadas e entre as teses defendidas, ocupando o segundo lugar nas duas primeiras e o terceiro entre as últimas. Quando nossa academia estuda de forma comparada mais de um país, as chances de que um deles seja o Brasil é quase igual ou maior do que 50%, quer se trate de teses (63%), artigos publicados (55%) ou trabalhos apresentados à ABCP (48%) e à Anpocs (65%). Quando foi possível obter indicadores de preferência temática – no caso das teses e dos trabalhos apresentados à ABCP – sobressaíram claramente aqueles ligados à democracia e aos processos democráticos, registrando-se também a importância relativa de outros temas contemporâneos, tais como globalização, integração regional, política externa, instituições políticas, comportamento eleitoral, governabilidade, política e economia. Por último, assinala-se que se os estudos com grande número de casos<sup>27</sup> eram praticamente inexistentes até o ano 2000; em 2002 apresentam um crescimento significativo tanto nos trabalhos apresentados às duas sociedades científicas como nos artigos publicados nos cinco periódicos em análise. Quanto às teses, não foi possível obter dados atualizados, podendo-se supor, entretanto, que acompanharão a tendência dos outros indicadores, já que estes expressam, *grosso modo*, os interesses dos pesquisadores que orientam as teses.

Deve-se lembrar, contudo, as limitações dessa avaliação. Em primeiro lugar, os indicadores quantitativos estão sobrestimados, já que o erro sistemático de classificação favoreceu os estudos comparados. Em segundo, por razões já expostas, só podemos ter uma medida da importância dos estudos comparados em relação ao total dos estudos desenvolvidos no que se refere às teses e aos trabalhos apresentados à ABCP. Fica-se, portanto, sem uma estimativa geral da importância relativa dos estudos comparados na produção científica nacional.

O exame das teses defendidas nos últimos quinze anos com a abordagem comparada demonstra seu crescimento inequívoco e mesmo espetacular, à taxa de cinquenta teses a cada cinco anos (ver Gráfico 1 e Tabela 15). A produção total de trabalhos comparativos em nossa academia (artigos e trabalhos apresentados na Anpocs e na ABCP) no mesmo período, incluindo-se as teses defendidas, correspondeu a uma média aproximada de 44 trabalhos-ano, se adotarmos a definição ampla de estudos comparados, ou, considerando-se apenas os estudos que envolvam mais de um país, a uma média de quatorze trabalhos-ano. São resultados, embora sobrestimados, animadores.

Pode-se dizer, então, que a área de política comparada é, entre nós, incipiente? Os indicadores quantitativos utilizados aqui não parecem apontar para a resposta negativa. É importante, porém, proceder-se a uma avaliação qualitativa dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais no que se refere à importância que a política comparada recebe nos programas. Essa avaliação qualitativa, ainda que incompleta, é oferecida a seguir.

#### *Indicadores qualitativos*

Procurou-se fazer aqui um levantamento, junto aos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais, das linhas e projetos de pesquisa, cursos ministrados regularmente ao nível de pós-graduação e outras iniciativas científicas que se definam dentro da perspectiva comparada. O que se pretende é proceder-se a uma avaliação, ainda que tentativa, da coerência e da integração das atividades científicas de cada centro voltadas para a perspectiva comparada. Vale observar que as dificuldades em se obter informações junto aos professores e pesquisa-

dores dos centros analisados nos levaram a restringir o escopo do quadro qualitativo que se analisa a seguir (Quadro 1).<sup>28</sup> As informações aí contidas foram obtidas diretamente dos professores e pesquisadores dos centros analisados, seus coordenadores e via *internet*. Os projetos listados estão em andamento ou foram concluídos a partir de 1999. O quadro, em sua penúltima versão, foi enviado a todos os coordenadores para eventuais correções.

O exame do Quadro 1 indica que os dez centros de pesquisa e pós-graduação examinados conduzem ou concluíram recentemente 36 projetos e ofertam ou ofertaram recentemente 24 cursos de pós-graduação que adotam a perspectiva comparada. Os projetos distribuem-se entre 22 linhas de pesquisa, das quais somente quatro são especificamente voltadas para a política comparada, espalhadas entre três centros: a USP, com a linha Política Brasileira e Política Comparada; a UFGRS, com as linhas Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político, e Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina; e o REL/UnB, com a linha Brasil em Perspectiva Comparada.

Os assuntos enfatizados pelos projetos de pesquisa mostram, *grosso modo*, coerência com aqueles priorizados pelas teses, o que demonstra afinidade temática entre os professores e pesquisadores e seus orientandos. O mesmo ocorre com os temas dos cursos ofertados. Assim, o Quadro 1 mostra, tanto para cursos como para projetos de pesquisa, a preferência, em ordem decrescente, pelos temas de democracia e processos de democratização, globalização, processos de integração e fragmentação, instituições políticas, e, com menor ênfase, questões de governabilidade, política econômica e economia política. Em quase todos os centros, pelo menos um curso ofertado está ligado à temática de no mínimo um projeto de pesquisa. As exceções ficam por conta da UFMG e do

POL/UnB, que serão comentados a seguir. Vale notar, ainda, que apenas dois centros, a USP e o REL/UnB, oferecem cursos regulares em metodologia comparada.

Se há, portanto, de uma maneira geral, nos principais centros de pesquisa e pós-graduação do país, uma relativa integração entre linhas e projetos de pesquisa, cursos regularmente oferecidos e temas das teses defendidas, a reduzida oferta de cursos especificamente voltados para metodologia comparada sinaliza a ainda pequena importância atribuída por esses centros à área em questão. Na verdade, a importância relativa dessa área entre os 10 centros analisados é desigual. Segue-se, então, uma avaliação desagregada desses centros quanto à integração de suas atividades científicas de cunho comparativo.

Em 2000, o Iuperj confirmava seu lugar de destaque no que se refere às atividades científicas de teor comparativo. De fato, essa instituição não era apenas a que mais produzira teses comparadas em nossa academia (52, ou 31% do total) e a que maior atenção relativa dera a essa abordagem entre o conjunto de teses defendidas (30%), como também apresentava forte coerência entre as linhas e os projetos de pesquisa e os cursos ministrados regularmente com essa abordagem. Criara, além disso, em 1998, o Laboratório de Política Comparada, que tinha por objetivo, por meio de cursos e seminários, treinar as novas gerações de alunos de pós-graduação nos métodos comparados. O laboratório promovia ainda um ciclo de palestras proferidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham com metodologia comparada. Atenção especial era dada aos métodos formais e quantitativos, tanto no que diz respeito aos projetos desenvolvidos como aos cursos ministrados. O Iuperj, além do mais, é membro do International Social Survey Programme e montou um excelente banco de dados eleitorais do Brasil e de dados internacio-

nais, para efeito comparativo, que está disponível aos pesquisadores via *internet*. Entretanto, essa promissora *performance* no âmbito das atividades de cunho comparativo sofreu duro revés com a saída da instituição do coordenador de várias dessas atividades. De fato, o Laboratório de Política Comparada foi desativado, e os projetos de pesquisa coordenados por ele enfraqueceram-se ou foram desativados. O Instituto planeja reerguer essa área por meio da atração de recém-doutores com bolsas da Capes e do CNPq para este fim.

A USP ocupava, em 2000, o segundo lugar em termos do número absoluto de teses comparativas (26, ou 16% do total). Deve-se recordar, contudo, que a importância relativa desse tipo de tese no conjunto de teses da instituição é de apenas 18%, proporção menor que no IRI/PUC, na UFRGS, no POL/UnB e no REL/UnB. Entretanto, o exame do Quadro 1 indica uma forte coerência entre as linhas de pesquisa, projetos e cursos ministrados com a abordagem comparada. Recorde-se, ainda, que a USP é um dos três centros que estruturou a linha de pesquisa especificamente comparativa (Política Brasileira e Política Comparada) e um dos dois centros que oferece cursos de pós-graduação regulares em metodologia comparada, inclusive quantitativa. A USP é ainda o único centro que abriu concurso para professor especificamente voltado para a área de metodologia comparada, tanto quantitativa como qualitativa. Tudo indica, portanto, que há uma preocupação da instituição em ampliar a importância relativa dessa área, o que deverá se refletir, no futuro próximo, no aumento do número de teses e da produção científica de seu corpo docente com essa perspectiva.

Em seguida, em termos de número de teses comparativas, estavam o IRI/PUC, o POL/UnB e o REL/UnB, respectivamente com vinte (ou 12% do total), dezessete (ou 10% do total) e dezesseis (ou 10% do total)

teses classificadas nessa perspectiva. Entretanto, embora esteja na mesma posição intermediária do POL/UnB e do IRI/PUC, o REL/UnB é o único que apresenta indicadores que demonstram o propósito institucional de desenvolver a área de política comparada. Assim, desenvolveu uma linha de pesquisa especificamente dirigida para essa área (Brasil em Perspectiva Comparada) que, com a criação do doutorado em 2001, passou a integrar uma das áreas de concentração do programa, a qual explicitamente contempla a perspectiva comparada (Política Internacional e Comparada). Recorde-se também que seu programa de pós-graduação oferece curso regular de metodologia comparada, com ênfase em métodos qualitativos. Promoveu, ainda, em novembro de 1999, um seminário internacional que incluía explicitamente a perspectiva comparada (Política Internacional e Comparada: Perspectivas Recentes no Brasil), estando previsto no futuro próximo um segundo seminário nos mesmos moldes. Porém, apesar de as linhas de pesquisa, os projetos e os cursos ministrados mostrarem coerência, a grande diversidade dos temas dos projetos de pesquisa e o seu grande número ainda indicam que a área precisa ser melhor estruturada. De fato, se é verdade que o REL/UnB é o centro que apresenta maior número de projetos com a perspectiva comparada (10), não é menos verdade que a maioria desses projetos se referem a outros países mais pela vocação internacional do programa do que por um desenho explícito comparativo.

O IRI/PUC dá grande importância relativa às teses comparativas (27% das dissertações defendidas na instituição até o ano 2000), aproximando-se, segundo esse indicador tomado isoladamente, do IUPERJ. No entanto, se há coerência entre linhas de pesquisa, projetos e cursos ofertados com a abordagem comparada, não se detectou nenhum propósito específico da instituição no sentido de incentivar a área de Política

Comparada. Sua boa *performance* na área parece estar mais ligada ao fato de tratar-se de instituição com vocação voltada para o estudo de outros países e do ambiente internacional.

Já a análise dos indicadores do POL/UnB resumidos no Quadro 1, mostra incoerência com a posição intermediária que a instituição ocupava em 2000, entre os dez principais centros do país, no que se refere à proporção do total de teses comparativas produzidas nos últimos quinze anos e sua importância relativa no conjunto das teses defendidas no programa. Assim, o único projeto comparado listado (Corrupção Política e *Accountability*) liga-se a uma linha de pesquisa genérica (Estado e Políticas Públicas), não se registrando, além do mais, nenhum curso que adote explicitamente a perspectiva comparativa ofertado regularmente na pós-graduação. Tudo indica, portanto, que o Programa de Pós-Graduação do POL/UnB não contempla o desenvolvimento de uma área específica de Política Comparada.

Segue-se, em número de teses comparativas, a UFMG, a UFRGS e a Unicamp, com dez, onze e doze teses, respectivamente, correspondendo, nos três centros, a 6% no primeiro e a 7% nos outros dois do total de teses desse tipo defendidas no país até o ano 2000. Recorde-se que se esses centros apresentam número absoluto aproximado de teses comparativas, a importância relativa destas em relação ao total das teses defendidas em cada instituição varia significativamente, a saber, 19%, no caso da UFRGS, 9%, na Unicamp, e 8%, na UFMG. Essa diferença expressa-se, coerentemente, nos indicadores qualitativos do Quadro 1. Assim, por um lado, a preocupação institucional da UFRGS com a perspectiva comparada aparece não só na existência de duas linhas de pesquisa que contemplam especificamente a abordagem comparada (Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político e Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina), como também na

coerência entre essas linhas e projetos de pesquisa, e, em menor escala, os cursos ofertados. Na Unicamp, por outro lado, se a abordagem comparada aparecia em projetos de pesquisa e cursos ofertados, era mais por interesse individual de seus pesquisadores do que propriamente por uma preocupação institucional com o desenvolvimento da área de Política Comparada. Mesmo a Oficina de Pesquisa Comparativa sobre trabalho não teve, segundo a coordenação do programa, o propósito explícito de tratar o tema desde a perspectiva comparada. Já no caso da UFMG, se havia integração entre o único projeto comparativo do programa (Instituições Híbridas, BH Area Survey) e a linha de pesquisa indicada (Instituições Políticas), os cursos ofertados (Estado, Modernização e Regimes Políticos da América Latina, e Seminário Teoria Política) que incluíam essa perspectiva, estavam, ao que parece, totalmente desconectados desses outros indicadores. É possível, entretanto, que a parceria do programa com a Universidade de Michigan no Social Hubble, que gerou o único projeto comparado listado, mas que prevê um *survey* comparativo internacional nos próximos anos, seja propulsor não só do treinamento quantitativo, como também qualitativo, gerando vários outros projetos com a abordagem comparada.

Finalmente, na última posição, estavam a UFF, que contribuiu com apenas duas teses comparativas, e a UFPE, onde nenhuma tese, até 2000, foi classificada como tal. A UFF apresenta alguma coerência entre as linhas de pesquisa, os projetos e os cursos ministrados. Além disso, o programa de pós-graduação é recente, sendo, portanto, cedo para avaliar a importância institucional que a área comparada receberá no programa. A ausência de teses comparadas na UFPE, contudo, parece uma escolha institucional, já que o programa de pós-graduação é dos mais antigos, já tendo gerado ao todo 59 teses, e as linhas de pesquisa, projetos e cursos

ofertados com a perspectiva comparada demonstram boa integração e coerência.

Concluindo esta seção, retornaremos à questão da maturidade da área de política comparada na nossa academia. Vimos que o número de teses comparativas cresceu a altas taxas nos últimos quinze anos, atingindo 166 teses em 2000. Constatamos também que a média anual da produção científica com a abordagem comparada (artigos nos periódicos A e B e trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP), somadas às teses, atinge aproximadamente 44 trabalhos-ano ou, considerando-se apenas estudos que analisam mais de um país, a média aproximada de quatorze trabalhos-ano. Esses indicadores promissores foram, então, ponderados pelos indicadores qualitativos das atividades científicas de caráter comparativo, atribuídos a cada centro de pesquisa e pós-graduação em análise.

O exame dos indicadores qualitativos permite-nos sugerir, como conclusão, que a área de política comparada se não é incipiente em termos de volume de trabalhos, artigos e teses que adotam a perspectiva comparada, está incipientemente estruturada. De fato, pôde-se identificar apenas quatro centros de pesquisa e pós-graduação com claros propósitos institucionais de estruturar a área. Entre eles, a USP já apresenta bons indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, com perspectivas de melhora, já que o investimento sistemático na área é ainda recente. O IUPERJ, que em 2000 apresentava indicadores semelhantes senão melhores que a USP, teve suas atividades de cunho comparativo prejudicadas com a saída da instituição do principal pesquisador e professor dessa área. Isso revela a fragilidade dessas iniciativas, mesmo que institucionalizadas. Os outros dois centros, a UFRGS e o REL/UnB, ainda precisam dar maior organicidade às linhas, aos projetos de pesquisa e aos cursos ofertados dentro da área de política comparada.

Nos outros seis centros analisados, as atividades de cunho comparativo parecem se desenvolver mais por preferência individual dos pesquisadores do que por um propósito institucional de estruturar a área. Pior, a pouquíssima atenção prestada aos cursos de metodologia dos métodos comparativos leva-nos a crer que muitos dos projetos, artigos e trabalhos classificados como comparados não seguem um desenho especificamente comparativo.<sup>29</sup>

Recorde-se, finalmente, que nossa produção acadêmica de cunho comparativo se concentrou, nos últimos quinze anos, em estudos de caso do Brasil (embora referidos a um instrumental teórico-conceitual comparado), com exceção dos artigos publicados nos periódicos A e B, onde essa categoria de estudos ocupa o segundo lugar. Quando os trabalhos analisam mais de um país, em mais de 50% dos casos um deles é o Brasil e, quase sempre, se trata de análises de pequeno número de casos. Esses resultados nos dão uma medida do nosso paroquialismo.

## Conclusão

Vimos que a produção científica de cunho comparativo em nossa academia, medida a partir dos trabalhos apresentados às principais associações científicas de Ciências Sociais (Anpocs) e de Ciência Política (ABCP), dos artigos publicados nos cinco principais periódicos do país na área de Ciência Política, somados às teses defendidas nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, no período de quinze anos, atinge, quando tomados em conjunto, a média de 44 trabalhos-ano. Note-se ainda que o número de teses comparativas cresce, no período analisado, a um valor aproximado de cinquenta teses a cada cinco anos. Em termos de volume de trabalhos e teses, portanto, esses resultados não autorizam a con-

clusão de que a área de política comparada é incipiente em nossa academia. Mesmo adotando-se a definição mais estreita de estudos comparados, como aqueles que envolvem dois ou mais países, a média, nesse caso, de quatorze trabalhos-ano, embora caia significativamente, é ainda promissora. Entretanto, o exame das atividades científicas (linhas e projetos de pesquisa, cursos ofertados regularmente ao nível de pós-graduação e eventos específicos) de cunho comparativo dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação analisados mostra que, se a área de política comparada não é incipiente na nossa academia, ela está incipientemente estruturada. De fato, apenas quatro dos melhores centros do país (Iuperj, USP, REL/UnB e UFRGS) demonstram preocupação institucional com o desenvolvimento da área. Nos outros seis, as atividades científicas caracterizadas pela preocupação com a abordagem comparada devem ser atribuídas a iniciativas individuais e mesmo eventuais de seus professores e pesquisadores.

Se levarmos em conta que comparar não é a única forma de produzir conhecimento, mas é seu pilar essencial e a única maneira de se estabelecer causalidade; se aceitamos que comparar é indicador de maturidade de uma comunidade acadêmica; se reconhecemos que comparar é controlar, seja por métodos experimentais, estatísticos ou comparados (cf. Sartori, 1994; Collier, 1993); se constatamos, finalmente, que os programas de pós-graduação, de uma maneira geral, negligenciaram significativamente o treinamento metodológico dos alunos (Reis, 1991; Reis, Reis e Velho, 1997), especialmente no que se refere aos métodos comparativos (quantitativos e qualitativos), os resultados anteriores referentes tanto à pequena proporção de projetos de pesquisa, teses, trabalhos e artigos baseados em um desenho especificamente comparativo,<sup>30</sup> quanto à modesta estruturação da área e à concentração da produção científica em es-

tudos de caso do Brasil, são, no mínimo, preocupantes.

Supondo que este alerta, por assim dizer, seja ouvido por nossa comunidade científica e pelas agências governamentais de financiamento de ensino e pesquisa, a grande meta será a estruturação da área de política comparada de forma que a torne mais homogênea nos principais centros de pesquisa e pós-graduação do país. Isso deverá ser feito quer por meio da consolidação da área nos centros que já iniciaram sua construção, quer por meio de incentivos ao desenvolvimento institucional nos centros onde a preocupação com a abordagem comparada é fruto apenas de iniciativas individuais esparsas.

Essa tarefa enfrenta importantes problemas e dificuldades, embora se beneficie de algumas vantagens. Em primeiro lugar, como já indicado, falta entre nós treinamento metodológico em geral, e mais especificamente em métodos comparativos. De fato, como Reis tem nos advertido seguidamente, nossa academia descuidou-se sobremaneira do treinamento metodológico, não só qualitativo, como também e principalmente quantitativo. Os currículos de nossos programas de pós-graduação precisam ser revisados. Não raro eles oferecem apenas um semestre de metodologia. O treinamento quantitativo das novas gerações é próximo de zero. Entretanto, registram-se alguns fatos positivos. Jovens doutores estão retornando dos Estados Unidos, onde receberam treinamento quantitativo, seguindo a tendência atual do campo de política comparada. Não são muitos, já que a política das agências governamentais financiadoras de ensino e pesquisa tem sido, na última década, a de não conceder bolsas para doutorado pleno fora do país, a não ser em áreas consideradas ainda incipientes. Recorde-se, contudo, que o departamento de Ciência Política da USP recentemente abriu concurso e contratou um professor para reforçar, especificamente, a área de metodologia compa-

rada, tanto qualitativa como quantitativa. Registra-se ainda a excelente iniciativa da Escola de Inverno de Minas, da UFMG, que, à semelhança dos cursos de verão da Universidade de Michigan, oferece anualmente, nas férias de julho, cursos quantitativos em todos os níveis. Por último, algumas bolsas para os cursos quantitativos de Michigan são oferecidas por meio de alguns programas de pós-graduação.

Faltam também especialistas em outros países. Vimos a grande prevalência de estudos de caso centrados no Brasil na produção científica da nossa comunidade. Vimos também que, quando analisamos mais de um país, em mais de 50% dos casos um deles é o Brasil. Esta expressão do nosso paroquialismo decorre tanto da falta de treinamento metodológico de nossos alunos, como da falta de recursos financeiros.

A falta de recursos financeiros, com alguma variação, é generalizada entre os principais centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do país, constituindo-se em obstáculo maior à estruturação da área de política comparada em nossa comunidade científica. Não temos recursos para irmos ou enviarmos nossos alunos a campo, em outros países, no caso de pesquisas com pequeno número de casos. Os recursos para mandarmos estudantes para treinamento quantitativo fora do país são também limitados, embora a Escola de Inverno de Minas comece a suprir essa deficiência. Não há, tampouco, recursos financeiros suficientes para viabilizar grupos emergentes ou estimular a parceria interinstitucional, reunindo pesquisadores que trabalham com a perspectiva comparada, espalhados pelos diversos centros de pesquisa. O Pronex/CNPq, além de também sofrer de recursos escassos, é dirigido a centros de excelência já consolidados.

Finalmente, mas não menos importante, nossos recursos bibliográficos são modestos, o que reflete a falta de recursos financeiros. É verdade que as bibliotecas dos principais cen-

tros de pesquisa e pós-graduação já contam com alguns recursos modernos, como eficientes serviços de comutação bibliográfica, alguns bons índices de citação bibliográfica e serviços de procura bibliográfica. Mas isso não chega a ser satisfatório.

Apesar desse quadro, dispomos atualmente de duas vantagens para o desenvolvimento da área de política comparada.

Por um lado, a revolução no campo da informática e das comunicações nos aproxima da academia do primeiro mundo. Pela *internet*, o acesso a bancos de dados, a artigos de periódicos estrangeiros especializados e mesmo aos seus autores está cada vez mais fácil. As livrarias virtuais possibilitam o rápido acesso a livros estrangeiros. Também, cada vez mais pesquisadores põem à disposição, em seus *sites*, seus bancos de dados e os produtos escritos de suas pesquisas, mesmo antes de sua publicação. É verdade que são necessários recursos financeiros para acesso aos sistemas bibliográficos interligados das grandes universidades estrangeiras, a artigos de importantes periódicos ou para a compra de livros, mas eles são bem mais modestos do que os necessários para a pesquisa de campo.

Por outro, assinala-se a vantagem comparativa do desenvolvimento tardio da área de política comparada em nossa comunidade científica. De fato, como a área está começando a ser estruturada agora, podemos, por assim dizer, adotar, desde o início, a rota moderna. Ou seja, não será preciso reestruturar ou reprogramar a área, como é o caso dos comparativistas e dos especialistas de área nos Estados Unidos. Podemos começar a desenhar projetos de pesquisa que atravessem fronteiras regionais, utilizando bancos de dados disponíveis na *internet*, conceitos já criticamente avaliados, que evitem o *conceptual stretching*, e ter como interlocutores pesquisadores de outros países. Não temos tampouco de escolher lados no grande debate metodológico que divide atualmente a área de política comparada na academia

norte-americana. Não tendo massa crítica de pesquisadores treinados em métodos qualitativos comparados referidos a um pequeno número de casos, e muito menos em métodos quantitativos, estatísticos ou formalizados aplicados a grande número de casos, podemos, e devemos, treinar nossos alunos em métodos de um tipo e de outro. Afinal, nas palavras de Collier,

Precisamos dos instrumentos metodológicos tanto da tradição estatística como da de pequeno número de casos, e *insights* provenientes de cada uma delas fortalece a outra. Esse diálogo é um componente essencial de um centro disciplinado e rigoroso da política comparada (Collier, 1999a).

É importante registrar, contudo, que nenhuma dessas dificuldades poderá ser equacionada e nenhuma das vantagens poderá ser aproveitada se os centros de ensino e pesquisa não se convencerem da importância da estruturação da área de política comparada e, em conseqüência, não se comprometerem institucionalmente com o seu desenvolvimento. A mesma observação vale para as agências governamentais de fomento do ensino e pesquisa, que dispõem de poderoso instrumento de indução de política.

Partindo dessas observações, seguem-se algumas sugestões para a estruturação da área de política comparada na nossa academia.

Dado o estado das artes da produção científica de nossa comunidade e das teses defendidas, onde predominam os estudos de caso centrados no Brasil e estudos de pequeno número de casos que incluem o Brasil, o desenvolvimento da linha Brasil em Perspectiva Comparada nos Centros de Pesquisa e Pós-Graduação parece ser a rota que trará resultados mais rápidos. Nada impede, naturalmente, que programas com vocação natural para o estudo de outros países – como é o caso do IRI/PUC-RJ e do REL/UnB, ou que identifiquem uma tendência futura nessa di-

reção, como é o caso da UFRGS, que atrai alunos dos países vizinhos – se concentrem no estudo comparado de outros países, excluindo o Brasil. Contudo, esses estudos não devem se restringir a descrições, sem que exibam um desenho comparativo, essencial para a identificação de regularidades e para a inferência científica, quer descritiva ou causal.<sup>31</sup> O treinamento em método comparado, relativo à pesquisa qualitativa e de pequeno número de casos, é, portanto, essencial, e pode ser realizado em prazo não muito longo.

Já os estudos quantitativos, que envolvem um grande número de casos, que se valem de técnicas estatísticas e matemáticas sofisticadas e, freqüentemente, adotam os pressupostos da escolha racional ou a formalização da teoria dos jogos, necessitariam de investimento maciço e regular no treinamento de alunos e pesquisadores. Contudo, o período de maturação dos investimentos nesse tipo de treinamento é maior que no do treinamento qualitativo. Portanto, mesmo se os dois tipos de treinamento fossem iniciados ao mesmo tempo, só teríamos massa crítica de pesquisadores quantitativistas em uma segunda etapa da estruturação da área de política comparada.

É preciso convencer as agências governamentais de financiamento ao ensino e à pesquisa de que a política comparada é uma área prioritária. O apoio dessas agências dar-se-ia por meio de bolsas e auxílios de várias modalidades, como o treinamento de alunos e pesquisadores em métodos comparativos (quantitativos, e qualitativos), em análises tanto de pequeno como de grande número de casos, tanto dentro como fora do país, em chamadas especiais para projetos institucionais ou individuais de cunho comparativo, em programas que estimulem projetos interinstitucionais para grupos emergentes, do tipo do Pronex), conectando pesquisadores de vários centros de pesquisa e pós-graduação que trabalhem isoladamente com a perspectiva comparada.

Finalmente, seguem-se algumas sugestões para a agenda de pesquisa na área de po-

lítica comparada no Brasil e, de uma maneira geral, nos países em desenvolvimento. É parte obrigatória dessa agenda, analisar mais e em maior profundidade os processos de transição política e econômica. Apesar da tendência homogeneizadora dos movimentos globais e da relativa inflexibilidade das agendas governamentais de países emergentes, observa-se que eles se incorporam de forma significativamente diferente a esses processos integradores. A explicação dessas diferenças tem sido buscada em variáveis político-institucionais, econômicas e culturais. A agenda de pesquisa abre-se para a avaliação da seqüência, da velocidade e da efetividade das transições políticas e econômicas. Fala-se de tipos de democracia, de graus e limites de democracia e, mais raramente, de regimes híbridos. Fala-se de políticas de estabilização ortodoxas e heterodoxas e de menor ou maior aderência às reformas estruturais pró-mercado. Em contrapartida, pouca atenção tem sido dada à adequação de modelos importados para a investigação dos processos políticos e econômicos dos países emergentes.

De fato, é fundamental investir no desenvolvimento de um novo arcabouço teórico-conceitual no sentido de conhecer, compreender e explicar as grandes transformações do mundo, de forma, talvez, menos etnocêntrica. É necessária, então, uma análise crítica da validade de conceitos importados para o estudo de regiões com heranças histórico-culturais e político-institucionais muito distintas daquelas que caracterizaram o contexto empírico original, como é o caso do conceito de democracia, na tradição ocidental liberal (Shumpeter/Dahl), de governabilidade, *governance* e *good governance*, na tradição oci-

dental capitalista (Huntington/Banco Mundial), como usados pela literatura recente. É tempo dos países em desenvolvimento apresentarem sua visão teórica a respeito da nova ordem mundial, como ocorreu no final dos anos de 1960 e na década de 1970, com a teoria da dependência, em contraposição à teoria da modernização.

Ademais, assinala-se a importância de uma agenda comparativa para o avanço das várias áreas da Ciência Política. Isso ficou evidente quando alguns dos participantes do Seminário de Ouro Preto se referiram explicitamente à relevância da análise comparada para o amadurecimento das áreas sob seu escrutínio. É o caso do federalismo, do associativismo e de estudos legislativos. É o caso das políticas sociais, cujo tema central é o estudo das reformas de sistemas de proteção social de vários países, com destaque para a previdência, saúde e educação. É o caso, ainda, de estudos do Judiciário, onde a perspectiva comparada é indispensável não só para contrastar os modelos de civil e *common law*, como também para analisar as diferentes formas de autonomia e institucionalização do Judiciário.

Finalmente, mas não menos importante, a análise comparada é essencial para o campo das Relações Internacionais. As grandes transformações mundiais, particularmente os movimentos de integração regional e internacional, têm tornado cada vez mais difusas as fronteiras entre os níveis internos e externos da política. Nesse sentido, são muitos os autores<sup>32</sup> que, em vista do entrelaçamento desses dois níveis, argumentam pela forte e crescente interdependência entre os campos das Relações Internacionais e da política comparada.

#### Notas

1. Quanto à questão do provincianismo, Fernando Limongi observa que é a própria área de *Comparative Politics* que surge, nos Estados Unidos, impregnada de provincianismo, já

- que não dialoga com *American Politics*, não adota a agenda institucionalista dessa área e se limita a estudos de áreas geograficamente delimitadas (Limongi, 2000).
2. Uma excelente revisão da literatura sobre métodos de comparação e suas vantagens relativas pode ser encontrada em Collier (1993).
  3. Para detalhada análise do estreito vínculo entre idéias e política de ajuda norte-americana no período de 1945 a 1970, ver o excelente livro de Robert Packenham, *Liberal America: Political Development, Ideas in Foreign Aid and Social Science*, 1973.
  4. Lijphart (1977).
  5. Sartori (1976).
  6. Linz (1970).
  7. Ver Cardoso e Faletto (1970).
  8. O'Donnell (1973, 1975).
  9. Para uma revisão detalhada dos instrumentos metodológicos disponíveis no período da Guerra Fria, ver Schmitter (1993).
  10. A exceção notável a esse otimismo moviesado é Ken Jowitt (1996), para quem democracia é apenas uma das rotas possíveis abertas aos novos regimes, embora seja historicamente rara e que requer uma longa e dolorosa marcha.
  11. Para uma sucinta revisão da literatura sobre democratização e reforma econômica e seus respectivos e implícitos vieses normativos, ver Castro Santos (2001).
  12. Desnecessário dizer que o trágico episódio de 11 de setembro de 2001 afetaria a escala de prioridades da política externa dos Estados Unidos, colocando em absoluto primeiro lugar a segurança do país, mesmo às expensas da promoção da democracia e dos direitos cotidianos de cidadania do povo norte-americano.
  13. A respeito de condicionalidade política, ver Nelson e Eglinton (1996). Para uma revisão das principais questões e do estado das artes da condicionalidade política, ver Stokke (1995).
  14. Para uma rápida revisão do estado das artes do método comparado nos anos de 1990, ver, além de Collier (1993), Collier (1998). Sobre álgebra boleana, ver Ragin (1987). Sobre os *fuzzy-set*, ver do mesmo autor (2000).
  15. Vale lembrar que estudos com grande número de casos não adotam, necessariamente, os pressupostos da escolha racional, assim como estudos de pequeno número de casos podem receber o tratamento formalizado da teoria dos jogos ou da escolha estratégica. As associações de tipos de estudo, métodos e dados indicados no texto justificam-se pela grande afinidade eletiva que esses elementos guardam entre si, o que não quer dizer que sempre se combinem da forma proposta.
  16. Excelente fonte para acompanhar esse debate são as *Newsletters da APSA-CP*, especialmente as *Letters from the President*.
  17. Collier, nesse último veio, argumenta que o método comparado não é uma “estação intermediária” (alusão a Lijphart, 1971), em direção a técnicas quantitativas mais avançadas. Estatística avançada não produz todas as respostas para os problemas metodológicos da área. Precisamos tanto das ferramentas metodológicas da estatística como do método comparado, diz o autor. As duas abordagens são complementares (Collier, 1999a).

18. A esse respeito, ver Sartori (1970).
19. Na preparação deste texto para publicação, não foi possível atualizar os dados referentes às teses acadêmicas, as quais estão referenciadas somente até o ano 2000. Os trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP e os artigos publicados nas revistas A e B da área de Ciência Política estão atualizados até meados de 2002. Essa discrepância não invalida, contudo, a identificação de tendências das atividades comparadas na nossa academia.
20. Trata-se dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Campinas (Unicamp), do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade de Brasília (POL/UnB) e dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC) e da Universidade de Brasília (REL/UnB). O Programa de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recém-criado, ainda não gerou dados comparáveis.
21. Não foi possível fazer um levantamento completo das teses defendidas no exterior. Em primeiro lugar, a fonte de consulta, o IBICT, só registra teses financiadas pelo CNPq ou pela Capes. Em segundo, a partir de 1997, só estão disponíveis informações sobre as teses em língua inglesa.
22. Produção técnica refere-se, seguindo a classificação do CNPq e do Sistema de Ciência e Tecnologia de uma maneira geral, à produção científica da comunidade ainda não publicada, e produção bibliográfica, àquela já publicada. No caso deste trabalho, os estudos apresentados às duas sociedades científicas estão na categoria de produção técnica, enquanto os artigos publicados nos periódicos A e B classificam-se como produção bibliográfica.
23. Foram analisados os encontros da Anpocs ocorridos entre 1986 e 2002, com exceção dos encontros de 1988 e 1989, cuja programação não está disponível.
24. Foram analisados os três encontros da ABCP ocorridos, até agora, em 1998, 2000 e 2002.
25. Foram analisados os seguintes Grupos de Trabalho: Estado e Democracia (1986); Partidos, Eleições e Problemas Institucionais (1986-1987); Elites Políticas (1986-1996); Instituições Políticas (1998-2000); Política e Economia (1986-1987, 1998-2000); Políticas Públicas (1986-1995); Partidos e Comportamento Eleitoral (1994-1996); Relações Internacionais e Política Externa (1986-1991); Política Internacional (1998-2000), Segurança, Economia e Política Internacional no Século XXI (2002); Controles Democráticos e Cidadania (2002); Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições (2002); e Estudos Legislativos (2002).
26. Lembre-se que esses indicadores só estão disponíveis para teses e trabalhos apresentados à ABCP.
27. Poder-se-ia supor que a nova geração de pesquisadores treinados no exterior estaria suprimindo a lacuna do tratamento quantitativo aos temas comparativos investigados por nossa academia. Os dados do IBICT, contudo, embora incompletos, continuam assinalando a grande concentração de teses defendidas no exterior em estudos de caso do Brasil, seguindo-se estudos de pequeno número de casos. Teses quantitativas, que analisam gran-

- de número de casos, continuam correspondendo a uma proporção ínfima de teses defendidas no exterior. Ainda assim, teses quantitativas não são necessariamente comparativas.
28. Referimo-nos a informações que nos permitissem detectar grupos de pesquisa estabelecidos ou emergentes na área comparada, identificando pesquisadores que adotam essa perspectiva em seu trabalho, e ligando-os a projetos de pesquisa, teses orientadas, cursos ministrados e produção científica.
  29. A análise dos trabalhos apresentados ao GT Política Internacional, entre 1999 e 2001, entre os quais se inclui significativa proporção de estudos referidos a outros países e a mais de um país, confirma essa hipótese.
  30. Lembre-se, contudo, que, embora muito provavelmente a proporção de trabalhos apresentados à Anpocs e de artigos publicados nas revistas A e B com a abordagem comparada seja também pequena, só no que se refere aos trabalhos apresentados à ABCP e às teses defendidas com essa perspectiva foi possível a referência ao total de trabalhos da respectiva categoria. Lembre-se, também, que os dados, de uma maneira geral, foram superestimados.
  31. A respeito de inferência descritiva e causal em pesquisa qualitativa, ver King, Keohane e Verba (1994).
  32. Para essa questão, ver, entre outros trabalhos mais recentes, Milner (1997), Haggard (1997) e Grieco (1997).

**Tabela 1**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na Anpocs, por tipo de trabalho (1986-2002)\***

<i>Tipos de Artigo</i>	Nº	%
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	6	4
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	45	28
Estudos de caso – Brasil**	74	46
Estudos de caso – outros países**	21	13
Estudos teóricos e conceituais**	14	9
<i>Total</i>	160	100

Fonte: Programas da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Foram analisados os seminários temáticos, as mesas redondas (quando apresentavam títulos dos trabalhos) e os seguintes GTs: Estado e Democracia (1986), Partidos, Eleições e Problemas Institucionais (1986-1987), Elites Políticas (1986-1996), Instituições Políticas (1998-2000), Política e Economia (1986-1987, 1998-2000), Políticas Públicas (1986-1995 e 2002), Partidos e Comportamento Eleitoral (1994), Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral (1995-1996), Relações Internacionais e Política Externa (1986-1991), Política Internacional (1998-2000), Controles Democráticos e Cidadania (2002), Estudos Legislativos (2002), Mídia e Política: opinião pública e eleições (2002) e Segurança, Economia e Política Internacional no século XXI (2002).

\* Os programas dos anos de 1988 e 1989 não estão disponíveis.

\*\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 2**  
**Estudos Comparados\*: Trabalhos Apresentados na Anpocs, por tipo de trabalho**  
**(1986-2002)\*\***

<i>Tipos de Artigos</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	33	65
Estudos comparados que não incluem o Brasil	2	4
Estudos internacionais comparados	16	31
<i>Total</i>	51	100

Fonte: Programas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

\* Incluem dois ou mais países.

\*\* Os programas dos anos de 1988 e 1989 não estão disponíveis.

**Tabela 3**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho**  
**(1998-2002)**

<i>Tipos de Artigo</i>	1998	2000	2002	Total	%
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	4	4	6
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	2	11	6	19	26
Estudos de caso – Brasil**	9	16	11	36	49
Estudos de caso – outros países**	1	2	5	8	11
Estudos teóricos e conceituais**	1	4	1	6	8
<i>Total</i>	13	33	27	73	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\*\*Referidos ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 4**  
**Estudos Comparados\*: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho**  
**(1998-2002)**

<i>Tipos de Artigos</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	11	48
Estudos comparados que não incluem o Brasil	0	0
Estudos internacionais comparados	12	52
<i>Total</i>	23	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 5**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho e por encontro (1998-2002)**

<i>Tipos de Artigo</i>	1998	2000	2002	<i>Total</i>	<i>Proporção</i>
Estudos em Política Comparada	13	33	27	73	0,17
Outros Estudos	93	154	107	354	0,83
<i>Total de trabalhos</i>	106	187	134	427	1,00
Estudos Comparados*	11	2	10	23	0,05
Outros Estudos	95	185	124	404	0,95
<i>Total</i>	106	187	134	427	1,00

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 6**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentado na ABCP, por tema (1998-2002)**

<i>Temas</i>	Nº	%
Democracia e Democratização	23	31
Globalização, Integração Regional e Política Externa	17	23
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	15	21
Governabilidade, Política e Economia	16	22
Estado e Políticas Públicas	0	0
Outros	2	3
<i>Total</i>	73	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

**Tabela 7**  
**Política Comparada: Publicações em Periódicos Nacionais, por periódico e por tipo de publicação (1985-2002)**

<i>Tipos de Estudos</i>	<i>RBCS</i>	<i>DADOS</i>	<i>CEBRAP</i>	<i>Lua Nova</i>	<i>Contexto Internacional</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	2	5	2	1	0	10	3
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	18	24	20	27	32	121	34
Estudos de caso – Brasil*	17	40	16	16	3	92	25
Estudos de caso – outros países*	4	10	7	21	33	75	21
Estudos Teóricos e Conceituais*	11	10	14	21	5	61	17
<i>Total</i>	52	89	59	86	73	359	100

Fonte: Periódicos Nacionais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS* (1986-2002, até nº 50); *Revista de Ciências Sociais – Dados* (1985-2002, até nº 3); *Estudos CEBRAP* (1985-2002, até nº 63); *Lua Nova – CEDEC* (1988-2002, até nº 55-56); *Contexto Internacional* (1985-2002, até nº 1).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 8**  
**Estudos Comparados\*: Publicações em Periódicos Nacionais, por tipo de publicação (1985-2002)**

<i>Tipos de Análise</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Estudos comparados que incluem o Brasil	72	55
Estudos comparados que não incluem o Brasil	19	14
Estudos internacionais comparados	40	31
<i>Total</i>	131	100

Fonte: Periódicos nacionais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS* (1986-2002, até nº 50); *Revista de Ciências Sociais – Dados* (1985-2002, até nº 3); *Estudos CEBRAP* (1985-2002, até nº 63); *Lua Nova – CEDEC* (1988-2002, até nº 55-56); *Contexto Internacional* (1985-2002, até nº 1).

\* Incluem dois ou mais países.

**Tabela 9**  
**Política Comparada: Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de tese (1985-2000)**

<i>Tipos de Tese ou Dissertação</i>	Nº		Nº Total	%
	M	D		
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	0	0
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	21	6	27	16
Estudos de caso – Brasil*	57	16	73	44
Estudos de caso – outros países*	39	8	47	28
Estudos Teóricos e Conceituais*	15	4	19	12
<i>Total</i>	131	34	166	100

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); IUPERJ (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a julho de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 10**  
**Estudos Comparados\*: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de análise (1985-2000)**

<i>Tipos de análise</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	17	63
Estudos comparados que não incluem o Brasil	2	7
Estudos internacionais comparados	8	30
<i>Total</i>	27	100

Fonte: Coordenação dos programas de pós-graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); IUPERJ (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a julho de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Incluem dois ou mais países.

**Tabela 11**  
**Política Comparada: Dissertações e Teses em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de trabalho e por programa**

Tipos de Estudo	USP		Iuperj		Unicamp		UFRGS		UFF	REL/UnB	POL/UnB	UFMG	UFPE	IRI	Total	%
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	M	M	M	M	M		
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	0	2	2	3	0	0	1	1	0	4	4	3	0	7	27	16
Estudos de caso – Brasil*	10	5	20	8	3	3	6	0	1	2	10	3	0	2	73	44
Estudos de caso – outros países*	4	3	9	3	3	2	2	0	0	10	0	0	0	11	47	28
Estudos Teóricos e Conceituais*	0	2	5	2	1	0	1	0	1	0	3	4	0	0	19	12
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>36</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>166</b>	<b>100</b>

Fonte: Coordenação dos programas de pós-graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); Iuperj (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 12**  
**Teses e Dissertações de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de trabalho e por programa, em números absolutos e em proporção relativa ao total de trabalhos do programa**

<i>Tipos de Estudo</i>	<i>USP</i>	<i>Iuperj</i>	<i>Unicamp</i>	<i>UFRGS</i>	<i>UFF</i>	<i>REL/UnB</i>	<i>POL/UnB</i>	<i>UFMG</i>	<i>UFPE</i>	<i>IRI</i>	<i>TOTAL</i>
Estudos em Política Comparada	0,18 (26)	0,30 (52)	0,09 (12)	0,19 (11)	0,10 (2)	0,20 (16)	0,20 (17)	0,08 (10)	0 (0)	0,27 (20)	0,17 (166)
Outros Estudos	0,82 (122)	0,70 (120)	0,91 (116)	0,81 (46)	0,90 (19)	0,80 (64)	0,80 (70)	0,92 (118)	1,0 (59)	0,73 (55)	0,83 (789)
Total de teses	1,0 (148)	1,0 (172)	1,0 (128)	1,0 (57)	1,0 (21)	1,0 (80)	1,0 (87)	1,0 (128)	1,0 (59)	1,0 (75)	1,0 (955)
Estudos Comparados*	0,01 (2)	0,03 (5)	0 (0)	0,04 (2)	0 (0)	0,05 (4)	0,05 (4)	0,02 (3)	0 (0)	0,09 (7)	0,03 (27)
Outros Estudos	0,99 (146)	0,97 (167)	1,0 (128)	0,96 (55)	1,0 (21)	0,95 (76)	0,95 (83)	0,98 (125)	1,0 (59)	0,91 (68)	0,97 (928)
Total de trabalhos	1,0 (148)	1,0 (172)	1,0 (128)	1,0 (57)	1,0 (21)	1,0 (80)	1,0 (87)	1,0 (128)	1,0 (59)	1,0 (75)	1,0 (955)

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos Programas na internet: USP (1986- até junho de 2000); IUPERJ (1987-até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UNB (1987-1999); UFMG (1985até julho de 2000); UFPE (1987-até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); UNICAMP (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 13**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por regiões (1985-2000)**

<i>Regiões</i>	Nº	%
Estudos com países da América Latina *	110	66
Estudos com países de outras regiões **	27	16
Estudos entre países da América Latina e de outras regiões	10	6
Estudos Teóricos e Conceituais	19	12
<i>Total</i>	166	100

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

\* Inclui os estudos de caso do Brasil e de outros países da América Latina, além dos estudos comparados restritos à esta região.

\*\* Inclui os estudos de caso e comparados de países de outras regiões.

**Tabela 14**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por temas (1985-2000)**

<i>Temas</i>	Nº	%
Democracia e Democratização	50	30
Globalização, Integração Regional e Política Externa Comparada	44	27
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	32	19
Governabilidade, Política e Economia	16	10
Estado e Políticas Públicas	12	7
Outros	12	7
<i>Total</i>	166	100

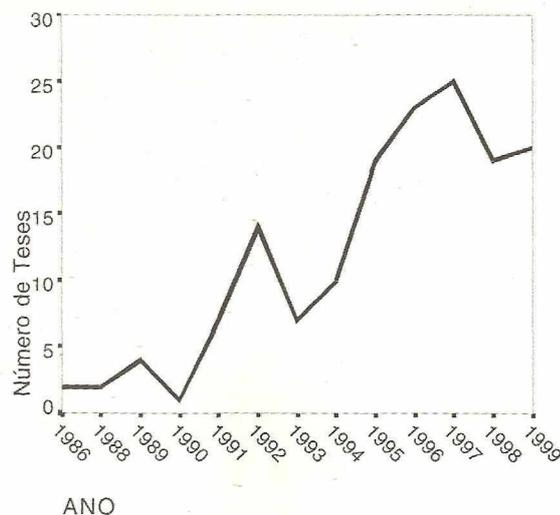
Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

**Tabela 15**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por temas e por período de tempo da defesa da tese, em**  
**números absolutos e em proporção relativa ao total de teses defendidas por período**

<i>Temas</i>	1985-1990	1991-1995	1996-2000
Democracia e Democratização	45,0 (4)	35,0 (20)	26,0 (26)
Globalização, Integração Regional e Política Externa	11,0 (1)	30,0 (17)	26,0 (26)
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	0 (0)	21,0 (12)	20,0 (20)
Governabilidade, Política e Economia	11,0 (1)	2,0 (1)	14,0 (14)
Estado e Políticas Públicas	11,0 (1)	5,0 (3)	8,0 (8)
Outros	22,0 (2)	7,0 (4)	6,0 (6)
<i>Total</i>	100,0 (9)	100,0 (57)	100,0 (100)

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

**Gráfico 1**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por ano (1985-1999)**



Obs :Não se registrou nenhuma tese comparativa no ano de 1987.

**Quadro 1**  
**Política Comparada: Linhas de Pesquisa, Projetos de Pesquisa e Cursos de Pós-Graduação,**  
**por Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (1985-2000)**

<i>Centros de Pesquisa</i>	<i>Linhas de Pesquisa</i>	<i>Projetos de Pesquisa 1</i>	<i>Cursos</i>	<i>Outros</i>
USP	1) Política Brasileira e Política Comparada.	1) Ref. do Estado, Bancos Centrais e Ordem Monetária*. 2) Observatório Permanente dos Processos de Reestruturação e da Regulamentação Econômica*. 3) Reg. Políticos e Crescimento Econômico*. 4) Inst. Políticas, Padrões de Interação Executivo-Legislativo e Capacidade Governativa**. 5) Integrating Social and Economic Development in the New Economic Model*. 6) Democracy in Latin America: Construction of Political Society*.	1) Instituições Políticas. 2) Política e Economia do Federalismo: Teorias, Modelos e Casos. 3) Partidos Políticos e Sistemas Partidários: Uma Análise Comparativa. 4) Metodologia em Política Comparada.	Concurso para professor assistente em Metodologia Comparada (2000).
Unicamp	1) Cultura, Ideologia e Representação Política. 2) Estudos Internacionais e Forças Armadas. 3) Relações de Trabalho e Organização de Interesses.	1) Sociedade Civil e Espaços Públicos*. 2) Reestruturação Econômica Mundial e Reformas Liberalizantes nos Países em Desenvolvimento. 3) Forças Armadas e Democracia: o Papel do Poder Legislativo. 4) Globalização, Estratégias Gerenciais e Respostas Operárias: Um Estudo Comparado da Indústria de Linha Branca (Brasil, Grã-Bretanha, Turquia, Austrália e África do Sul)**.	1) Forças Armadas e Poder Político. 2) Cultura Política. Representação e Democracia. 3) Reestruturação Capitalista e Estratégias Econômicas: O Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada.	Oficina de Pesquisa Comparativa sobre Trabalho e Teoria Social: Dimensões da Transformação de Trabalho e da Política (agosto 2000).
IUPERJ	1) Instituições Políticas e Decisões de Governo 2) Instituições Políticas, Representação e Participação.	1) Duverger Revisitado: O Poder Presidencial nas Democracias Parlamentares Européias*. 2) Democracia e Défis: os Determinantes Políticos do Comportamento Fiscal na América Latina**. 3) Formação Ministerial e Decisões Legislativas no Presidencialismo Latino Americano.	1) Instituições Políticas Comparadas. 2) Processo Legislativo em Perspectiva Comparada. 3) Seminário de Pesquisa em Política Comparada.	1) Banco de dados eleitorais e dados internacionais para efeito comparativo. 2) Membro do International Social Survey Programme. 3) Laboratório de Política Comparada.
IRI/PUC	1) Estudos de Política Externa. 2) Inst. Internacionais. 3) Processos de Globalização e Integração Regional.	1) Brasil, Chile e Espanha: Política Externa e Transição Democrática em Perspectiva Comparada. 2) A Dimensão Social da Integr. Regional: os Casos da União Européia e do Mercosul. 3) Fragmentação do Estado, Intervenção Humanitária e Reorganização do Espaço Político nas Relações Internacionais do Pós-Guerra Fria (África e Europa Central).	1) Transação Democrática e Política Externa.	-
UFF	1) Estado, Políticas Públicas e Sociedade. 2) Identidade, Interesses e Representação Política.	1) Militares e Política nas Novas Democracias do Cone Sul**. 2) Novas Institucionalidades Jurídicas na América Latina. 3) Watergate e o Impedimento à Brasileira: Instituições e Processos.	1) Democracia, Autoritarismo e Mudança na Ordem Política: Os Desafios do Brasil e do Cone Sul. 2) Relações Cívicas/Militares e a Construção de Estados Democráticos.	-

UFMG	1) Instituições Políticas.	1) Instituições Híbridas (orçamento participativo, conselhos setoriais de políticas, seminários legislativos), dentro do BH Survey Area, parte do Survey Comparativo/Social Hubble, Un. de Michigan, sobre proc. de democratização e participação política, acesso à educação e relações raciais em Belo Horizonte, Detroit, Beijing, Varsóvia e Cidade do Cabo; envolve vários departamentos da UFMG e treinamento de alunos.*	1) Estado, Modernização e Regimes Políticos na América Latina. 2) Seminário Teoria Contemporânea.	-
UFPE	1) Forças Armadas e Forças Policiais. 2) Relações Internacionais. 3) Políticas Públicas.	1) A Dinâmica das Unidades Infraestatais nos Processos de Integração Regional: O Caso dos Länder alemães, das regiões francesas na União Européia e dos Estados brasileiros e Províncias argentinas no Mercosul. 2) The Rule of Law and Military Justice in Brazil*. 3) Reforma Administrativa e Reforma do Estado*.	1) Democracia em Perspectiva Comparada. 2) Regionalismo em Estados Periféricos: Estratégias Nacionais e Globalização. 3) União Européia e Mercosul.	-
UFRGS	1) Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político. 2) Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina.	1) Produção Cultural e Lógica de Gênero: o Impacto do Feminismo no Comportamento Político de Homens e Mulheres na América Latina. 2) A Dinâmica da Transição/Consolidação Democrática no Brasil, Argentina e Uruguai: Eleições e Partidos numa Perspectiva Comparada.	1) Autoritarismo e Democracia na América Latina. 2) Militares e Política na América Latina. 3) Populismo em uma Perspectiva Comparada.	-
REL/UnB	1) Brasil em Perspectiva Comparada. 2) Sistema Internacional e Integração Regional. 3) A Nova Agenda Global e as Transformações Contemporâneas. 4) Política Exterior.	1) Institucionalidades Democráticas e Políticas de Ajuste: Brasil em Perspectiva Comparada. 2) Adaptando-se à Democracia: os Militares no Brasil, Argentina e Chile no Período Pós-Transição. 3) Políticas Públicas e o Judiciário: um Estudo Comparativo sobre a Judicialização Política (Brasil/Estados Unidos). 4) Globalização, Política Externa e Processo Decisório: Brasil e Estados Unidos na Década de Noventa. 5) A Formação da Agenda Brasileira e Americana para a Rodada do Milênio da OMC. 6) Processos de Transição na Europa Centro-Oriental e Mercosul. 7) Integração Regional: Brasil e Alemanha em Perspectiva Comparada. 8) A Globalização da Política Ambiental no Brasil e Argentina. 9) Global Environmental Survey: Values, Attitudes and Behavior*. 10) Estados Unidos, Argentina e Brasil no Regime de Mudança Climática.	1) Metodologia em Política Comparada. 2) Democratização em Perspectiva Comparada. 3) Processo Decisório em Política Externa: Brasil e Estados Unidos.	Seminário Internacional "Política Internacional e Comparada: Perspectivas Recentes no Brasil" (nov. 1999).
POL/UnB	1) Estado e Políticas Públicas.	1) Corrupção Política e <i>Accountability</i> (Brasil, Argentina e Itália).	-	-

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e sites dos programas na internet.

\_ Concluídos recentemente (até 1999) ou em andamento.

\* Projetos de pesquisa com parceria internacional.

\*\* Projetos de pesquisa com parceria entre instituições nacionais.

\_ Atividades desativadas ou enfraquecidas em função da saída do seu coordenador.

## Bibliografia

Bates, Robert

1996 "Area Studies and the Discipline", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 7 (1).

1996a "The Death of Comparative Politics?", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 7 (2).

Cardoso, Fernando Henrique & Faletto, Enzo

1970 *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

Castro Santos, Maria Helena

2001 "Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento". *Dados*, 44 (4): 729-771.

Collier, David

1993 "The Comparative Method", in Ada W. Finifter (ed.), *Political Science: The State of the Discipline II*, Washington, D.C., American Political Science Association.

1998 "Comparative Method in the 1990's", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 19 (1).

1999 "Data, Field Work and Extracting New Ideas at Close Range", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 10 (1).

1999a "Building a Disciplined, Rigorous Center in Comparative Politics", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 10 (2).

Grieco, Joseph

1997 "Systemic Sources of Variation in Regional Institutionalization in Western Europe, East Asia, and Americas", in Edward Mansfield e Helen Milner (orgs), *The Political Economy of Regionalism*, Nova York, Columbia University Press.

Haggard, Stephan

1997 "The Political Economy of Regionalism in Asia and the Americas", in Edward Mansfield e Helen Milner (orgs), *The Political Economy of Regionalism*, Nova York, Columbia University Press.

Holt, Robert T. & Turner, John (eds.)

1970 *The Methodology of Comparative Research*. Nova York, Free Press.

Huntington, Samuel

1968 *Political Order in Changing Society*. New Haven/Londres, Yale University Press.

Jowitt, Ken

1966 "The New World Disorder", in Larry Diamond e Marc Plattner (eds.), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press.

King, Gary; Keohane, Robert & Verba, Sidney

1994 *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, Princeton University Press.

- Lijphart, Arend  
 1971 "Comparative Politics and the Comparative Method". *American Political Science Review*, 65, set.
- 1977 *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- Limongi, Fernando  
 2000 "Comunicação oral apresentada no Seminário A Ciência Política no Brasil: Estado da Arte e Perspectivas. Ouro Preto, jul.
- Linz, Juan  
 1970 "An Authoritarian Regime: Spain", in Erik Allardt e Stein Rokkan, *Mass Politics: Studies in Political Sociology*, Nova York, Free Press.
- Milner, Helen  
 1997 *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton, Princeton University Press
- Nelson, Joan & Eglinton, Stephanie  
 1996 "The International Donor Community: Conditioned Aid and the Promotion and Defense of Democracy", in Tom Farer (ed.), *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press.
- O'Donnell, Guillermo  
 1973 *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkely, Institute of International Studies, University of Califórnia (Politics of Modernization Series, 9).
- 1975 "Reflexiones sobre las Tendencias Generales de Cambio en el Estado burocrático-autoritário". Buenos Aires, Documento CEDES/G. E. CLACSO, 1, Centro de Estudos de Estado.
- Packenham, Robert  
 1973 *Liberal America: Political Development, Ideas in Foreing Aid and Social Science*. Princeton, Princenton University Press.
- Ragin, Charles  
 1987 *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- 2000 *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago, University of Chicago Press.
- Reis, Eliza Pereira; Reis, Fábio Wanderley & Velho, Gilberto  
 1997 "As Ciências Sociais nos Últimos 20 Anos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (25), out.
- Reis, Fábio Wanderley  
 1991 "O Tabelaõ e a Lupa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, 16, jul.

- Satori, Giovanni  
1970 "Concept Misformation in Comparative Politics". *The American Political Science Review*, LXIV (4), dez.
- 1976 *Parties and Political Systems: A Framework for Analysis*. Nova York, Cambridge University Press.
- 1994 "Compare Why and How?", in Mattei Dogan e Ali Kazancigil (eds.), *Comparing Nations: Concepts, Strategies, Substance*, Oxford/Cambridge, Basil Blackwell.
- Schmitter, Philippe  
1993 "Comparative Politics", in Joel Krieger (ed.), *The Oxford Companion to the Politics of the World*, Nova York, Oxford University Press.
- Stokke, Olav  
1995 "Aid and Political Conditionality: Core Issues and State of the Art", in Olav Stokke (ed.), *Aid and Political Conditionality*, Londres, Frank Cass.
- Wiarda, Howard  
2000 *Introduction to Comparative Politics: Concepts and Processes*. 2. ed. Fort Worth, Harcourt College Publishers.

- Artigo recebido em outubro/2002
- Aprovado em dezembro/2002

## Resumo

### *Política comparada: Estado das Artes e Perspectiva no Brasil*

O artigo avalia o estado das artes da área de política comparada no Brasil, a partir da análise dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação do país em Ciência Política e Relações Internacionais. Em primeiro lugar, discutimos uma definição para estudos comparados e política comparada, e elaboramos uma breve revisão do campo e o do método comparado, além de sintetizar o debate metodológico que domina atualmente a política comparada na academia norte-americana. Em segundo, procuramos mapear a presença da perspectiva comparada em nossos encontros profissionais (Anpocs e ABCP) e no meio acadêmico brasileiro nos últimos quinze anos. Finalmente, procuramos indicar tanto os obstáculos como as vantagens dos estudos comparativos e os pontos favoráveis à estruturação da área em nosso meio acadêmico, apresentando sugestões nessa direção e um esboço de agenda de pesquisa.

**Palavras-chave:** Política comparada; Campo e método; Debate metodológico; Perspectivas no Brasil.

## Résumé

### *Politique Comparée: L'état des Arts et Perspective au Brésil*

L'article évalue l'état des arts dans le domaine de la politique comparée au Brésil, à partir de l'analyse des dix principaux centres de recherche et d'études doctorales du pays en Sciences Politiques et Relations Internationales. Nous abordons, tout d'abord, la question d'une définition pour les études comparées et la politique comparée, et proposons une brève révision du domaine et de la méthode comparée, tout en synthétisant le débat méthodologique qui domine, actuellement, la politique comparée à l'Académie nord-américaine. Nous cherchons, ensuite, à identifier la présence de la perspective comparée au cours de nos rencontres professionnelles (Anpocs et ABCP) et dans le milieu académique brésilien au cours de ces dernières quinze années. Finalement, nous cherchons à indiquer aussi bien les obstacles ainsi que les avantages des études comparatives et les points favorables à la structuration de ce domaine dans notre milieu académique, en présentant des suggestions dans ce sens ainsi qu'une ébauche d'agenda de recherche.

**Mots-clés:** Politique comparée; Domaine et Méthode ; Débat méthodologique; Perspectives au Brésil.

## Abstract

### *Compared Politics: State of arts And Brazilian Perspectives*

The article evaluates the state of arts of compared politics in Brazil. To accomplish this goal it analyzes the ten most important centers for research and post-graduation in Political Science and International Affairs. Firstly, we discuss a definition for compared studies and compared politics, elaborating a brief review of the field and the compared method, as well as we synthesize the methodological debate that currently prevails in the North American compared politics. Secondly, we try to map the occurrence of the compared perspective in our professional gatherings (Anpocs and ABCP) and in the Brazilian academic métier in the last fifteen years. Finally, we seek to indicate both the obstacles and the advantages of comparative studies, as well as the favorable aspects to structure the field in our academic métier, proposing both suggestions and a draft for a research agenda.

**Keywords:** Compared politics; Field and method; Methodological debate; Perspectives in Brazil.